

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

NATÁLIA DA SILVA DANTAS

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

FLORIANÓPOLIS

2012.2

NATÁLIA DA SILVA DANTAS

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento

FLORIANÓPOLIS

2012.2

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pelo requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Hélder Bossa de Moraes Sarmento
Professor Orientador

Prof. Dr.^a Luciana Patrícia Zucco
Membro da Banca Examinadora

Ciberen Quadros Ouriques
Assistente Social - CRESS 4478
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força nos momentos mais difíceis e por ter feito com que eu conseguisse seguir em frente, mesmo estando longe de casa. Obrigada por muitas vezes, ao pensar em desistir, ter me dado paz e determinação para concluir este trabalho e meu curso. Obrigada, meu Deus, por ter me acalmado nos momentos difíceis e por ter colocado pessoas muito boas no meu caminho.

Agradeço também a minha mãe Ana Lúcia, que mesmo longe, sempre me deu muita força e “colo” quando eu estava triste ou achava que não iria conseguir. Agradeço por todas as ligações, todo o apoio, toda palavra de carinho, toda a compreensão e todo o amor que você sempre me deu. Obrigada mamãe por ser essa mãe tão especial e estar sempre comigo de corpo e alma.

Ao meu namorado Guilherme, meu eterno amor e companheiro, por estar sempre ao meu lado nos momentos mais difíceis e escutar todas as minhas angústias e dúvidas, durante essa longa caminhada. Sempre me apoiando e dando o carinho e amor que precisava no momento. Amo muito você meu amor!

Agradeço a minha família, vovó Sônia, tio André, tia Janice, minha prima Thaís, minha bisavó Candinha, tia Alessandra, tia Dudu e tio Dudu, que sempre se preocuparam comigo durante minha graduação e minha estadia em Florianópolis, durante esses quatro anos. O meu agradecimento especial a minha vizinha e meu tio André, por toda a força e apoio que me deram estes últimos anos. Amo vocês!

Neste momento tão especial, agradeço também aos meus entes falecidos, Vovô Djalma e Tio Fernando de que tenho certeza estar sempre presente na minha vida me guiando nessa caminhada.

Agradeço a minha amiga Natália que sempre me deu força para terminar este trabalho, sempre indo estudar na Biblioteca Universitária comigo e deixando meus momentos de estudo mais agradáveis e divertidos. Além de ser uma grande amiga, de quem sentirei saudades nestes próximos anos. Te amo amiga!!

As Assistentes Sociais, Alexsandra e Cleusa, a primeira por ter me supervisionado no estágio obrigatório e me ensinado muitas coisas importantes que servirão na minha carreira profissional. Além de estar sempre disponível para tirar minhas dúvidas e me ajudar. E as duas por terem me ajudado muito no início deste trabalho, dando dicas e sugestões para que este ficasse melhor, além de me emprestarem livros que foram muito úteis para a construção deste. E serem um exemplo de profissionais. Obrigada minhas queridas!

Aos meus colegas e amigos do PETI, Jessica, Mônica, Caca, Leandro e Juan que me deram muita força para elaborar este trabalho e que fizeram dos meus dias no estágio, dias muito mais agradáveis. Obrigada família PETI!

Aos meus colegas da Casa de Acolhimento, Flávia, Fabiana, Adilson, Luiz, Sônia, Camila, Rogério, Ivan, Cris, Viviane, Leoni e Fátima que me deram muito apoio nesta reta final do meu curso e que, muitas vezes, trocaram uma folga ou me aconselharam e me ajudaram a fazer este trabalho nos horários de almoço dando uma maior atenção aos nossos acolhidos. Em especial a meus colegas de plantão Flávia, Adilson, Vivi, Leoni e Fabi por sempre terem feito de nossos plantões dias prazerosos de se passar.

Agradeço também a equipe técnica do mesmo local, Juliana, Dolores, Karini, Margaret

e Karany que me inspiram e inspiram enquanto atuação profissional. Muito Obrigada meninas!

Agradeço a Professora Luciana Zucco por ter ensinado tantas coisas importantes durante a supervisão pedagógica de estágio e por ter aceitado o convite para participar da minha banca. Um abraço carinhoso de agradecimento.

Agradeço o Professor Helder Boska por ter aceitado meu convite para ser orientador deste trabalho e por ter me ajudado muito para que eu conseguisse terminá-lo. Obrigada Professor pelo carinho e paciência comigo durante esses seis meses de trabalho árduo!

Agradeço também a Ciberen Ouriques por ter aceitado fazer parte da minha banca sem ao menos me conhecer. Espero que possamos nos conhecer melhor durante este ano de 2013, tenho certeza que você irá acrescentar muito na minha caminhada profissional. Um carinhoso obrigado!

O meu agradecimento sincero a minhas amigas de Brasília, Juliana, Júlia, Jamila, Renata, Clarice, Marcela e Taissa, que sempre me deram força para ficar aqui e que quando sabiam que eu estava indo para Brasília faziam questão de me ver. Obrigada meninas, eternas saudades de vocês!

As minhas queridas amigas que passaram pela minha casa, seja morando por um curto tempo ou me aturando por um longo tempo, Taisse, Ana Gisele, Júlia e Camila, que tantas vezes me deram forças para terminar este curso e escutaram meus choros e lamentações. Sempre me escutando e trocando boas conversas. Obrigada meninas! Vou guardar vocês no meu coração pra sempre!

Agradeço aos amigos da minha mãe Marinalva, Alda, Tio Everaldo, Tia Anália, Célia, Fernando e Graça por ter dado força a minha mãe durante este período e por sempre terem me tratado como uma pessoa da família. Agradeço em especial a Marinalva e ao Fernando e Graça, Marinalva por ter sido sempre uma pessoa especial para mim e por ter me possibilitado chegar em Florianópolis para fazer minha matrícula e Fernando e Graça por ter me dado estadia durante os dias do vestibular. Todos vocês fizeram e fazem parte da minha vida, muito obrigada por tudo!

Agradeço também as minhas amigas e amigos de curso e da UFSC, Estefânia, Ana Carolina, Diogo, Mayara, Vanessa, Natália, Malu, Thatiane, Glauco, Felipe e Thiago por terem feito dos meus dias mais felizes e alegres na UFSC. Mesmo que um pouco afastados, agradeço demais por tudo!!

Meus sinceros agradecimentos a minha colega de curso Daiana, que sempre esteve pronta para me ajudar durante a elaboração deste trabalho e que me emprestou muita bibliografia a respeito do tema. Obrigada Dai, sua ajuda foi muito útil e valiosa para mim!

As minhas amigas portuguesas Mariana e Suzana, que me apoiaram muito no primeiro semestre e que me mostraram uma nova cultura. Além de serem minhas melhores companhias daquele semestre, meu sincero e saudoso obrigada para vocês, minhas lindonas!!

As minhas crianças da casa de acolhimento que me mostraram nos dias de dúvida e indecisão o meu verdadeiro sonho de trabalhar com crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, além de fazer meus dias mais felizes durante o meu trabalho na Casa de Acolhimento. Obrigada a cada um que passou naquela casa, aprendi muito com vocês meus anjinhos!

A minha colega de trabalho Viviane por ter colaborado com a parte ortográfica deste trabalho e por ser uma ótima companhia de trabalho.

O meu carinhoso e saudoso agradecimento aos meus colegas e amigos da TACO, onde trabalhei pelo período de um ano. Muito obrigada por terem me ensinado coisas importantes para a vida e por terem feito daqueles dias os mais agradáveis possíveis, durante o meu primeiro emprego. Obrigada a minha antiga chefe Luciane, aos meus amigos Jessica, Kevin, Janaina, Angel e Mariana.

Agradeço a todos os professores do departamento, a todos os meus amigos e a todos que contribuíram e me incentivaram durante minha graduação e elaboração deste trabalho. Obrigada a todos!

Por último e não menos especial, agradeço a UFSC por ter me proporcionado tantas coisas boas e que, tenho certeza, guardarei no fundo do meu coração. Sentirei saudades de tudo!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem seu estudo voltado para a temática da População em Situação de Rua e sua relação com as políticas sociais e públicas no Brasil. A escolha do tema se deu durante a minha estadia na cidade de Brasília, capital Federal, onde existe uma grande demanda da população em situação de rua. Esse fato me levou a uma inquietação em relação aos motivos dessas pessoas estarem nas ruas daquela cidade. O trabalho que se apresenta foi realizado através de pesquisa bibliográfica em livros, artigos, textos e pesquisas sobre o tema. Este trabalho se encontra dividido em três sessões, a primeira sessão aborda de forma aprofundada os conceitos de política social e pública. Também sobre a Política de Assistência Social e a Política Nacional de Inclusão para a População em Situação de Rua. A segunda seção fala sobre o surgimento da população em situação de rua, assim como, suas características gerais. A terceira e última seção relaciona esses dois conceitos (população em situação de rua e as políticas sociais) e faz uma reflexão sobre como tais políticas interferem e podem interferir no modo de vida da população em situação de rua. Também sintetizo as leituras feitas para este trabalho e falo como compreendo o conceito e a visão de política social. Outro ponto importante que destaco nesta sessão é a respeito da realidade da população em situação de rua em nosso país e que, apesar de se ter avanços quanto a implementação das políticas sociais voltadas a ela, muitos elementos ainda precisam ser feitos para que realmente haja uma melhoria deste aspecto.

Palavras-chave: Política Social, População em Situação de Rua, Política Nacional de Assistência Social

Problema Social

*“Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
Nem o bom menino que vendeu limão
Trabalhou na feira pra comprar seu pão
Não aprendia as maldades que essa vida tem mataria
A minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que nem conhecia a famosa funabem
Onde foi a minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
Seria um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
Muitos me chama de pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social”
(Seu Jorge)*

LISTA DE SIGLAS

Centro POP- Centro de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro Referência Especializado em Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IASC- Instituto de Assistência Social e Cidadania

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MNPR- Movimento Nacional da População de Rua

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAIF - Programa de Atenção Integral às famílias

PAEFI - Serviço de Proteção Especializado à Família e indivíduos

PSE- Proteção Social Especial

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SENARC- Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SNAS- Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	17
1.1 CONCEITUAÇÃO E ESCOLHA DO TERMO POLÍTICA SOCIAL.....	17
1.2 A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	20
1.2.1 Contextualização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).....	28
1.2.1.1 Breve histórico sobre a LOAS.....	32
1.2.1.2 Breve histórico sobre o SUAS.....	35
1.3 A POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	37
2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	40
2.1 O SURGIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	44
2.2 O PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	48
2.2.1 Múltiplas determinações da população em situação de rua.....	52
2.2.2 A localização da população em situação de rua nos grandes centros urbanos.....	53
2.2.3 O preconceito e a marginalização atribuída como marca do valor de dignidade.....	57
2.2.4 As particularidades vinculadas ao tema território em que se manifesta.....	58
2.2.5 A tendência de naturalizar o fenômeno.....	60
2.3. A RELAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COM AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	64
2.3.1 A relação da população em situação de rua com as políticas sociais brasileiras na atualidade.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação da população em situação de rua com as políticas sociais e públicas no Brasil, em especial com a política social brasileira. Tal fato se deu através de um crescente interesse quanto ao tema da população em situação de rua, assim como, com a minha satisfação de entrar no Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC e de uma construção intelectual a respeito do que é e o que o Serviço Social faz. Foi no decorrer do tempo dentro da Universidade, e através de trabalhos acadêmicos e pesquisas intelectuais a respeito da população em situação de rua, que pude me aproximar e ter um domínio melhor sobre este tema. Com isso pude perceber também que tanto o Serviço Social quanto a população em situação de rua conseguem se relacionar perfeitamente entre si. Isso se dá pelo fato da população em situação de rua utilizar muitas vezes os serviços e programas ofertados pela Assistência Social de vários municípios e cidades. Também pelo fato da própria Assistência Social e suas políticas possuírem um enfoque (mesmo que mais atual) nesta parcela da população que tanto necessita de sua assessoria.

Foi neste sentido que surgiu o interesse em fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o tema da população em situação de rua. Porém a proposta era pesquisar e entender o porquê dessas pessoas permanecem e persistem em ficar nas ruas e porque com isso, acabam estabelecendo a sua sobrevivência nos espaços públicos. Em cidades como Brasília e Rio de Janeiro essa questão são muito mais evidente do que em Florianópolis, pois, além de serem cidades maiores, existem mais pessoas nas ruas e em estabelecimentos comerciais pedindo dinheiro e morando nelas.

Com isso, pude construir o problema central para elaboração deste trabalho. Cabe destacar, que também relaciono no decorrer do TCC o tema da população em situação de rua com as políticas sociais e públicas do Brasil. Neste último quesito, dou destaque a Política de Assistência Social pelo fato de considerá-la de extrema importância no que se diz respeito ao auxílio e assessoria a essas pessoas, que em alguns casos não possuem informações suficientes para que possam ir atrás de seus direitos enquanto cidadãos. Devemos entender aqui, que não é apenas essa parcela da população que possui essa falta de informação quanto a seus direitos sociais, e sim, uma grande parte dos cidadãos brasileiros. O que se percebe, é que, por ser um segmento populacional estigmatizado e marginalizado por aqueles que não integram este segmento ou esta parcela, a população em situação de rua acaba por ter um enfoque maior sobre essas questões.

Enfatizo a política de Assistência Social por ter uma maior relação com o curso de Serviço Social e por, na minha concepção, ser uma política necessária para que algo aconteça no sentido de haver uma real mudança em relação à perspectiva de vida da população em situação de rua.

Aqui devemos pensar também que a Política de Assistência Social não irá funcionar sozinha, e que para que ela aconteça devemos obter uma Política descentralizada e articulada com outras políticas, a meu ver, principalmente a Política de Saúde e Política de Educação. A Política de Saúde, pois é essencial para a sobrevivência de qualquer ser humano e, em relação à população em situação de rua, principalmente por se ter muitos casos de pessoas que se envolveram com álcool e outras drogas. Se a Política de saúde conseguisse ser eficiente, por

exemplo, seria um efeito positivo quanto a isso, muitas pessoas que vivem e moram nas ruas teriam este “problema” amenizado e talvez até solucionado em partes. Assim a Política de Assistência teria em suas mãos um trabalho com menos obstáculos para se seguir, sendo muito mais fácil de ser realizado.

O mesmo ocorre com a Política de Educação, porém tem-se uma perspectiva mais ampla e de longo prazo. Quero dizer com isso que a Política de Educação, quando articulada com outras políticas, deve ser pensada de forma mais ampla, pois tem um enfoque principal na população jovem de nosso país. O que penso ser de extrema importância é tentar relacionar a população em situação de rua com a Política de Educação o que provavelmente afirmo que seria uma das grandes soluções para nosso país e, pensando no tema deste trabalho, para que a população em situação de rua tenha uma melhor perspectiva de vida e de mudança para o seu futuro. Muitos elementos precisam ser ditos aqui, porém algumas serão relatadas no decorrer deste trabalho.

Pensando na relevância do tema, sinto ser muito importante discutir o que estou propondo, pois além da população em situação de rua ser uma categoria relativamente nova dentro do campo de pesquisa e de reflexão no Serviço Social, este é um segmento que me parece não ter muita visibilidade e importância dentro e para a sociedade. Quando digo isso coloco a palavra sociedade como relativa à população e o próprio governo, o que me parece é que a população em situação de rua não é valorizada nem pela sociedade nem pelo governo e por isso acabam se tornando marginalizados e invisíveis para ela.

Vejo que talvez seja esse o grande problema quando falamos sobre população em situação de rua. Diria até mesmo, que seja essa a grande causa deles continuarem nas ruas, pois mesmo estando na “base de uma imaginária pirâmide social de classes” nada é feito para que isso mude, ou quando é feito parece ser insuficiente. Isso se dá, pois para uma parte minoritária da sociedade e para o próprio capitalismo ter uma esse contingente populacional que necessita de sua oferta é muito interessante. Se todos tivessem um mesmo nível de classe social não teríamos os ricos e os pobres e estes “pobres” não trabalhariam e seriam super explorados por estes ricos. Assim, para o sistema Capitalista que é o que norteia a nossa sociedade, é importante que se tenha uma divisão em classes sociais, onde muitas vezes, os que estão na base desta divisão não possuem consciência de seus direitos.

Em relação a isso, devemos entender que tomei como base para a elaboração deste trabalho o materialismo dialético de Marx, onde pude fazer uma relação direta do Capitalismo e dos modos de produção Capitalistas com o fenômeno da população em situação de rua.

Portanto, este TCC foi elaborado através de uma vasta pesquisa bibliográfica, onde pude me debruçar em livros, artigos, textos, leis e normativas muito importantes para o entendimento deste tema e de sua relação com o Serviço Social e com as políticas sociais e públicas de nosso país. Assim, pude entender alguns conceitos importantes e a própria historicidade e conjuntura em que a população em situação de rua emerge no Brasil.

Com isso, pude ter uma leitura mais aprofundada e crítica sobre o tema, onde também esclareci algumas dúvidas e questionamentos que me inquietavam antes da elaboração deste trabalho. Dentre a pesquisa bibliográfica utilizada destaco o livro de Potyara Pereira (PEREIRA, Potyara A. P Política Social: temas & questões. 3ª edição São Paulo: Cortez, 2011.) no qual pude entender de forma mais clara e sucinta o real significado de política social e sua

diferença para a política pública e que tive como principal fonte para elaboração do primeiro capítulo.

Também destaco o livro de Lopes Silva (SILVA, Maria Lucia Lopes da. Trabalho e População em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009) onde, através de uma leitura agradável e tranquila, consegui entender como surgiu a população em situação de rua. Além disso, concluo que este livro foi de extrema importância para fundamentação teórica do meu trabalho, já que considero um dos poucos em que o tema da população em situação de rua é tratado de forma completa e atual.

Outras bibliografias que destaco para elaboração deste trabalho e que foram muito úteis para tirar dúvidas que surgiram a respeito de temas e categorias específicas foram: a Constituição Federal Brasileira (1988), a Política Nacional de Assistência Social (2004) e a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008) pois assim pude relacioná-las melhor com o tema proposto e também perceber e entender o que realmente “está no papel” e o que, teoricamente, deveria ser cumprido. Destaco aqui a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, pelo seu caráter novo e inovador e, também, por se tratar do tema proposto para este trabalho.

Portanto, meu trabalho se divide em três partes, a primeira aborda de forma aprofundada os conceitos de política social e pública, sobre a Política de Assistência Social e a Política Nacional de Inclusão para a População em Situação de rua.

Aqui, retomo um pouco o conceito adotado de política social já que a considero muito importante para o desenvolvimento e compreensão deste trabalho e de seus objetivos. Portanto, analiso e faço uma reflexão a respeito do conceito adotado pela autora Potyara Pereira em seu livro Política Social: temas & questões (PEREIRA, Potyara A. P. Política Social: temas & questões. 3ª edição São Paulo: Cortez, 2011). Assim, podemos inferir que a política social é uma política que possui um vínculo forte com as relações sociais, sendo focalizada e não econômica. Isso não quer dizer que a política social não possua uma relação com a política econômica. Além disso, é imprescindível em sua execução que se haja uma dimensão ética e política, sendo necessária uma ação de profissionais como Assistentes Sociais para sua melhor execução. Assim, percebe-se a relação entre política social e Serviço Social e a própria Assistência Social.

Outra questão importante a respeito da política social é que, para a autora em que tomei como base, a política social é vista como um espaço contraditório de interesses e como um tipo de reafirmação e controle da população por parte do Estado. Além disso, assegura reconhecimento de alguns direitos sociais, o que gera um bem estar social para a população onde acaba não alterando a estrutura do Estado em controlar a população.

Além disso, trato nesta primeira parte de leis, artigos e sobre alguns das mais importantes políticas sociais no Brasil. Dentre elas destaco a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que foi de extrema importância para reafirmação do valor do Serviço Social para a execução de tal política, e a Política Nacional de Inclusão da População de Rua, que relaciona a população em situação de rua com as políticas sociais necessárias para que tal segmento populacional seja incluído em leis e normativas.

Cabe destacar que foi a partir da PNAS que muitas conquistas relacionadas à Assistência Social puderam ser realizadas. Uma delas foi a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), tal Lei fez com que passasse a existir um Sistema Único na área de Assistência Social, o SUAS.

Quanto ao SUAS, cabe destacar que foi com ele que se criou o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CRESS). Para entendermos melhor como funcionam estes serviços, podemos compará-los com o próprio Sistema Único de Saúde (SUS), onde o CRAS corresponde às Unidades de Saúde, pois são a “porta de entrada” do serviço correspondente e servem no geral para encaminhar e informar a população sobre assuntos mais gerais e que não necessitam de um olhar específico. Já o CRESS seria como um equipamento especializado em alguma área de saúde, pois é no CRESS que demandas específicas conseguem ou tentam ser resolvidas.

Outra questão importante ao se pensar nesses órgãos de atendimento é que o CRAS corresponde a um atendimento inicial e, por isso, é classificado como proteção social básica. São exemplos de atividades desenvolvidas neste espaço encaminhamentos de jovens para o mercado de trabalho e de pessoas em geral para cursos profissionalizantes e fornecimento de cestas básicas.

Já o CRESS é dividido em Proteção Social de Média Complexidade e de Alta complexidade, assim percebe-se que além de ser um segmento dentro deste centro de referência que precisa de um maior cuidado, ainda existe uma divisão entre complexidades. Cabe destacar aqui que a determinação de que um é mais complexo que outro se dá pela diferenciação de se ter um direito violado ou de não possuir vínculo familiar.

A segunda seção fala sobre o surgimento da população em situação de rua, assim como, as características gerais adotadas por Silva em seu livro Silva (SILVA, Maria Lucia Lopes da. Trabalho e População em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009). Esta sessão foi de extrema importância para contextualização e estruturação deste trabalho, pois é através dela que explico e coloco como surgiu e como está na atualidade essa parcela da população. Assim, podemos perceber que nem tudo o que estava escrito nas leis e normativas pode ser realizado.

Para tanto, cabe aqui explicar o conceito adotado de população em situação de rua e seu surgimento. Porém é necessário que antes que se entenda tudo isso, o porquê do uso deste termo e não mais dos termos “moradores de rua” ou “mendigos”.

O conceito de população em situação de rua pode ser dado de diversas formas, desde como o adotado por Silva de “aqueles que dormem nas ruas por pelo menos uma noite por semana e se encontra com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados”, ao definido pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) como “a população em situação de rua ou grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular.”

Percebe-se assim, que essa parcela da população é considerada por este decreto como aquelas pessoas que fazem das ruas seu espaço de convívio e, principalmente, de sobrevivência. Além disso, a questão da sobrevivência é muito predominante ao analisar o motivo destas pessoas estarem nesta situação. Portanto, percebe-se que este contingente populacional per-

manece nas ruas por existir uma dependência dela no sentido de sobrevivência. Quero dizer com isso que, a população em situação de rua passa e continua a viver nas ruas, porque lá ainda conseguem sobreviver e manter suas necessidades básicas (mesmo que da pior forma possível), como comer, dormir, fazer bicos, ter uma higiene pessoal e etc. O que cabe perguntar aqui é se vale a pena para essas pessoas trocar este mínimo da necessidade básica em que eles possuem por uma liberdade e autonomia que eles poderiam não ter em casa e perante a sociedade.

Outra questão importante a respeito do tema da população e situação de rua é que ainda é um tema novo, tanto no Serviço Social como em outras áreas. Contudo, observa-se que nos últimos anos tem-se ocorrido um amadurecimento teórico nas investigações relativas a esta população. E que, mesmo com todas as dificuldades, tem-se desenvolvido trabalhos e artigos voltados para a população em situação de rua. Também destaco uma maior discussão em nível de leis e normativas a respeito dessa parcela de população.

Na segunda sessão, na qual falo do surgimento da população em situação de rua, devemos entender que o fenômeno da população em situação de rua surge neste processo de pauperismo generalizado ocorrido na Europa Ocidental, vinculando-se ao processo de acumulação de capital e de produção contínua de uma superpopulação relativa.

Ao falar da superpopulação relativa Silva (2009) explica que é importante compreender suas formas de existência e que independente da forma que assume é caracterizada como flutuante, latente e estagnada. Flutuante, pois reflete o movimento dos trabalhadores que ora são atraídos, ora são repelidos pelo mercado de trabalho. Latente, pois se expressa nos fluxos migratórios dos camponeses para as cidades. E estagnadas, pois representam uma classe de trabalhadores com um baixo padrão de vida e em ocupações irregulares.

Com isso, podemos concluir que o fenômeno da população em situação de rua surge em um contexto da Revolução Industrial no qual não se tinha emprego para todos, a desigualdade social e a pauperização só aumentavam. Assim, grande parte dos camponeses e produtores rurais foram expropriados de suas terras, e obrigados a vender suas forças de trabalho sem que todos fossem absorvidos pelo sistema capitalista. Na atualidade este fenômeno se caracteriza como uma expressão da questão social e se apresenta como resultado de múltiplas determinações. Após entender o surgimento da população em situação de rua no mundo e no Brasil, assim como na atualidade, irei caracterizar melhor tal fenômeno para que se possa entendê-lo e que se tenha mais elementos para discussão.

A terceira e última seção relaciona esses dois conceitos (população em situação de rua e as políticas sociais) e em que também sintetizo as leituras, falando como compreendo o conceito e visão de política social e qual é a realidade da população em situação de rua.

Aqui, cabe destacar que muitos elementos percebidos na primeira seção não foram vistos, de acordo com o meu olhar particular, como efetivadas na prática. Além disso, percebo que muitos elementos ainda precisa ser melhorados para que realmente a população em situação de rua passe a fazer parte da população e ser chamada de forma menos estigmatizada como meramente população brasileira. Quero dizer com isso que realmente a população em situação de rua está conseguindo, muitas vezes através de lutas próprias e de Movimentos específicos, mudar alguns elementos em relação as políticas brasileiras voltadas para eles. Porém imagino que este processo será longo e árduo, onde no momento começamos a engatinhar e

passar a ver realmente algumas mudanças necessárias para que isso ocorra e para que a população em situação de rua realmente consiga, seja por motivos individuais ou por motivos coletivos (no sentido do Governo aprimorar suas políticas voltadas para esse segmento populacional), ter condições de sair das ruas e ter uma vida digna se assim desejar.

Por fim, gostaria de destacar a importância quanto a uma estrutura física para que se tenha mudança em relação a isso. Por exemplo, a existência de Casas de Acolhimento e outras Instituições relacionadas a melhoria de vida destas pessoas. Também destaco, como já dito acima, a importância de se investir principalmente nas crianças e adolescentes que estão em situação de rua, vejo a importância deste fato por pensar que todo mundo possui uma potencialidade e capacidade. Muitas dessas crianças e adolescentes estão e permanecem nas ruas por, talvez não ter uma pessoa que mostre para ela o caminho certo a se seguir e também por acreditar que seu futuro não será de sucesso.

Com isso, acredito que Instituições como Casas de Acolhimento e de Apoio, juntamente com a integração das redes como o próprio CAPs e o Conselho Tutelar, muitos elementos podem ser mudadas desde o começo. Assim, afirmo que investindo nestes pequenos indivíduos podemos sim mudar alguma coisa em relação a isso. É claro que estas mudanças não são fáceis e nem aconteceriam a curto prazo, porém é necessário que se invista e se tenha um apoio maior das redes e instituições ligadas a essa parcela da população para que se tenha êxito nesta ação.

CAPÍTULO I- A CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.1 CONCEITUAÇÃO E ESCOLHA DO TERMO POLÍTICA SOCIAL

Para um melhor entendimento do porquê da minha escolha em adotar o conceito de política social como determinante na elaboração deste trabalho devemos primeiramente conceitua-lo. Para tanto, acho necessário sabermos inicialmente o que significa política. Segundo Bobbio, a palavra política deriva do adjetivo pólis (politikós) que significa tudo o que se refere à vida da cidade. Depreende-se disso que política também são as relações sociais dentro de uma cidade e "o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, tanto que o "político" vem a coincidir com o "social". (BOBBIO,2002, p. 954)

Foi segundo a obra de Aristóteles denominada de Política que o termo se expandiu na Antiguidade, tal obra tratava sobre assuntos relacionados com a natureza, o Estado e o Governo como o primeiro tratado sobre a natureza, as funções e divisão do Estado, as várias formas de Governo e a significação mais comum de arte ou ciência do Governo.

Portanto, o termo Política foi usado durante muito tempo para nomear obras relacionadas ao Estado, uma esfera de atividades humanas e sociais. Ainda segundo Bobbio, seu significado moderno indica atividade ou conjunto de atividades que se referem ao Estado de forma menos ampla

" a pólis é, por vezes, o sujeito Atos de ordenar, proibir, legislar, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros, etc.[...]é objeto Atos de conquista, manutenção, defesa, ampliação, robustecimento, derrubada, a destruição do poder estatal, etc." (BOBBIO, 2002, p. 954)

Estas indicações de Bobbio, nos levam a pensar a política e sua relação inerente ao Estado, isto permite a discussão da política social. As reflexões aqui apresentadas têm como referência Potyara Pereira em seu Livro Política Social, temas&questões. (PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. 3ª edição São Paulo: Cortez, 2011).

Para Potyara, nem sempre se tem claro as particularidades e características do termo política social, assim como o seu significado, empregando-o de forma genérica e sem um embasamento conceitual e teórico. A autora chega à conclusão de que "não é fácil conceituar e definir política social porque existem tantas definições quanto autores que tentam compreendê-la e colocá-la em prática"(PEREIRA, 2011, p.165). Ainda segundo Potyara

"Quando Titmuss falava da dificuldade de se definir política social, ele queria chamar a atenção para o fato de que, por trás de cada definição circulante, havia - como de fato há- ideologias, valores e perspectivas teóricas competitivas. Com isso, ele queria também lembrar que não há política neutra, nem mesmo a social, o que coloca, de pronto, a necessidade de se eleger a perspectiva teórica pela qual a compreensão da política social se pauta." (PEREIRA, 2011, p.165)

A perspectiva de política social adotada pela autora é aquela na qual a política é apreendida como produto de uma relação dialética entre estrutura e história, assim como, as relações antagônicas entre capital e trabalho, Estado e sociedade, e princípios que regem os direitos de cidadania sobre liberdade e igualdade. Com isso, a política social possui características que a apresenta como um conceito complexo, não linear e contraditório se apresentando como um "conceito complexo que não condiz com a ideia pragmática de mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade"(PEREIRA, 2011. p. 166)

A política social também é tratada como categoria acadêmica e política, se referindo tanto a uma disciplina acadêmica quanto ao seu conteúdo, de constituição de teoria e prática, se dispondo a conhecer e explicar o mundo real e, além disso, agir neste mundo com a intenção de muda-lo. Segundo Potyara, a política social:

"é identificada como uma política de ação, que tem perfil, funções e objetivos próprios e produz impactos no contexto em que atua. Neste caso, ela tem forte traço empírico, embora não se reduza a ele, visto que, como política, ela também é fruto de escolhas e de decisões definidas nas arenas conflituosas de poder" (PEREIRA, 2011, p. 166)

Portanto a política social é classificada modernamente segundo dois aspectos diferentes: como disciplina acadêmica ou como o próprio conteúdo dessa disciplina. Como disciplina acadêmica é estudada em estabelecimentos de ensino e de constituição teórica, se dispondo a conhecer e estudar o mundo real e suas consequências. É importante lembrarmos que a política social está, como disciplina acadêmica, nos cursos das Ciências Sociais e de disciplinas como a Sociologia, a Ciência Política, a Economia e o próprio Serviço Social. Mostrando, assim, seu caráter inter e multidisciplinar.

O debate a respeito da política social como disciplina é bastante extenso e muito falado não só no Brasil como no Mundo. Tal debate se pauta em pensar o real significado desta política e sobre sua constituição efetiva. Potyara traz uma exemplificação disso em seu livro, onde explica o que ocorreu em 1980 na Grã-Betanha com a política social. Tal fato se deu quando a política social deixou de ser reconhecida como Administração Social (Social Administration) no país, isso fez com que a política social ganhasse maior densidade teórico-metodológica e mudasse em alguns aspectos relevantes. A ainda autora diz que esse fato não foi totalmente negativo e, ao contrário, pode trazer elementos muito positivos em relação aos avanços e nitidez da política social com as demais disciplinas acadêmicas. Cabe destacar aqui que "a questão levantada não tem sido somente acadêmica, mas também política" (PEREIRA, 2011, p.167) e que, portanto, trata-se de uma categoria acadêmica e política ao mesmo tempo e de constituição teórica e prática respectivamente. Potyara também explica que a política social se dispõe a agir na realidade e a muda-la através de sua adequação. Segundo Potyara,

a política social, apesar de ser inter e multidisciplinar, pode ter conceitos, conteúdos e vocabulários próprios, bem como desenvolver pesquisas e reflexões autônomas. Por sinal foi o debate em torno dessa sua particular configuração que desencadeou, segundo Alcock, o seu afastamento, não sem conflitos, da Administração Social, assim como mudanças conceituais e políticas que lhe afetaram significativamente. (PEREIRA, 2011 p. 168)

Contudo, podemos inferir que a política social possui uma identidade própria e está relacionada a outros conteúdos políticos referindo-se à política de ação que pretende atender as necessidades sociais da população como um todo. A política social está diretamente relacionada a política, ao Estado, aos governos e aos movimentos sociais. De acordo com Potyara "ela envolve o exercício do poder praticado, concomitantemente, por indivíduos, grupos, profissionais, empresários, trabalhadores, entre vários segmentos sociais que tentam influir na sua constituição (PEREIRA, 2011, p 172). Com isso, a autora quer dizer que a política social é universal, ou deveria ser, e passa a ser praticada por indivíduos e grupos de indivíduos diferentes perante a sociedade. Para a autora, o termo política social define "uma área de atividades e interesses que requer: conhecimento do alvo a atingir, estratégias e meios apropriados para a consecução da política, organização, amparo legal e pessoal capacitado" (PEREIRA, 2011, p. 172)

A autora destaca que nem sempre a política social produz bem estar social e que para tal política ser social é necessário que se tenham diferentes agentes em disputa por recursos e oportunidades, diferenciando a concepção da política social enquanto distribuidora de recursos para a população como determinante de um bem-estar social.

Isso porque a política social tem que ser vista como uma política que, antes de interrogar sobre os recursos a serem distribuídos, leva em conta as posições desiguais dos cidadãos na estrutura de classe da sociedade. Em consequência, a política social deve também contemplar o conhecimento de como se criam as necessidades e de como estas se distribuem, com o objetivo de modificá-las. (PEREIRA, 2011, p. 173)

Portanto, a política social é considerada pela autora como um tipo de política pública e de política de ação. É importante destacar aqui que fazem parte desse tipo de política todas as políticas que demandam a participação ativa do Estado no planejamento e execução das ações voltadas para as necessidades sociais e que pela política social ser considerada como uma política pública devemos entender também o conceito adotado pela autora de política pública. Para Potyara, tal conceito não é referência somente ao Estado e sim uma coisa de todos e para todos. Portanto a política pública também envolve escolhas e decisões privadas, o que tem como consequência uma ação em que os cidadãos podem e devem controlar. Segundo a autora

Política pública expressa, assim, a conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões de ações públicas que afetam e comprometem a todos. Por ser Política (e não propriamente estatal ou coletiva e muito menos privada), ela, assim como todas as suas espécies (ai incluída a política social) tem dimensão e escopo que ultrapassam os limites do Estado, na garantia dos coletivos ou corporações sociais e, obviamente, do indivíduo isolado. Por isso, o termo "público" que a qualifica como política tem um intrínseco sentido de universalidade e de totalidade (PEREIRA, 2011, p.174)

Com isso, podemos concluir que o conceito de política pública adotado pela autora não é necessariamente do Estado e que é de interesse e pertencimento de todos os cidadãos, sendo universal e de totalidade.

A partir da conceituação de política social e pública adotada no decorrer deste capítulo podemos explicar e contextualizar a Política de Assistência Social no Brasil, assim como a Política Nacional de Assistência Social e as ações que decorreram dela.

1.2 A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Antes de caracterizar a Política de Assistência Social no Brasil é importante que entendamos como a Assistência Social surgiu no país e quais são as consequências disso para a sociedade e para a própria política social.

A construção do direito da Assistência Social é um fato recente em nosso país e passa a se tornar emergente a partir da Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã, e principalmente, de seu Artigo 194 que trata a assistência social como Seguridade Social. De acordo com o Artigo 194 da Constituição Federal "A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (BRASIL, 2008, P. 129). A partir daí, a Assistência Social passa a ser concebida como política pública e a integrar o tripé da Seguridade Social.

Para entendermos melhor a afirmação acima devemos ter um maior domínio teórico sobre o que é a Seguridade Social e quais são as consequências desta política para o nosso país. Contudo, devemos compreender que a Seguridade Social foi constituída de forma bastante diferenciada em cada país e que este fato se deu devido questões estruturais específicas como a organização da classe trabalhadora, o grau de desenvolvimento do capitalismo e o grau de desenvolvimento de questões conjunturais. Portanto, a Seguridade Social tem como referência de sua estrutura a organização social do trabalho, tendo como demarcação os países capitalistas da América Latina e da Europa Ocidental.

A instituição da Seguridade Social como núcleo central do Estado Social determinou a regulamentação das relações sociais e econômicas dos países que o fundaram, sendo o direito a Seguridade Social um direito totalmente vinculado aos direitos do trabalho.

Tal fato ocorreu devido a desde o começo, os direitos da Seguridade Social assumirem "a função de garantir benefícios derivados do exercício do trabalho para os trabalhadores que perderam, momentaneamente ou permanentemente, sua capacidade laborativa" (BOSCHETTI, 2009, p.324)

Em relação a isso, Boschetti explica que historicamente o acesso a Seguridade Social sempre se relacionou ao acesso ao trabalho, sendo um condição para garantia do outro. A autora ainda relata que muitos trabalhadores desempregados não tem acesso a previdência e a Seguridade Social, pois esta é movida pela lógica do contrato ou seguro social (BOSCHETTI, 2009, p 326). Comprova-se com isso que a grande maioria dos trabalhadores não consegue se estabelecer pelo fato de não estarem empregados e não possuírem uma renda para ter acesso à Seguridade Social e principalmente, a pagar a previdência social.

Assim, a Seguridade Social tem como um dos pilares estruturais o seguro social, sendo essa a lógica da previdência social na grande maioria dos países capitalistas. O princípio da lógica do seguro social é garantir proteção ao trabalhador e a sua família, seja ele exclusivo ou prioritário. Para Boschetti esta lógica "é um tipo de proteção limitada, que garante direitos apenas àquele trabalhador que está inserido no mercado de trabalho ou que contribui mensalmente como autônomo ou segurado especial à Seguridade Social" (BOSCHETTI, 2009, p 326).

Nesta lógica, só os "segurados" e seus dependentes tem acesso aos direitos da Seguridade Social pois tais direitos são considerados como "decorrentes do direito do trabalho"(BOSCHETTI, 2009, p. 329), sendo destinado apenas a quem possui relações formais e estáveis de trabalho. Segundo Boschetti, a Seguridade Social possui duas características centrais: a primeira característica é que para se participar da Seguridade Social precisa-se estar condicionado a uma contribuição prévia com a condição de acesso apenas a quem o contribui mensalmente, já a segunda diz respeito ao valor dos benefícios sendo, neste caso, proporcional a contribuição efetuada. Ainda segundo a autora, "essa é a característica básica da previdência social no Brasil, que assegura aposentadorias, pensões, salário-família, auxílio doença e outros benefícios somente aos seus contribuintes e familiares" (BOSCHETTI, 2009, p 326).

A respeito dos benefícios da Seguridade Social, podemos analisar o Art. 195 da Constituição de 1988 onde trata do financiamento de tal seguro. De acordo com o Art. 195,

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art.

Já em relação à lógica da Seguridade Social citada acima Boschetti ainda nos traz que

Essa lógica impõe um limite estrutural para a universalização da seguridade social, em todos os países que se efetivou. O acesso à seguridade social pela via do trabalho pôde garantir uma proteção mais universalizada nos países que garantiam uma situação de quase pleno emprego entre as décadas de 1940 e 1970. (BOSCHETTI 2009, p 326)

E ainda

Sabe-se que nem os países nórdicos e nem os países da Europa Central garantiram o pleno emprego para todos os seus trabalhadores, de modo que este padrão de seguridade social, fundada na lógica do seguro, só universaliza direitos se universalizar igualmente, o direito ao trabalho, já que os benefícios são condicionados ao acesso a um trabalho estável que permita contribuir para a seguridade social. (BOSCHETTI, 2009, p 326)

A respeito disso, podemos refletir que a lógica do seguro social no mundo está diretamente ligada com a relação trabalho, emprego e contribuição que existe atualmente. Quero dizer com isso que a Seguridade Social está pautada em uma relação direta com o trabalhador e sua contribuição e que só a partir disso que o "contribuinte" pode desfrutar de sua proteção dita universal. O que acontece nos países citados acima é que esta "universalidade" proposta pela Seguridade Social se dá a partir do momento que o emprego é garantido como pleno, assim, todos os trabalhadores (o que significa a maioria da população) possuem o acesso a Seguridade Social.

Apesar de a Seguridade Social possuir esta característica de seguro e de este fato ser estruturante, ao falarmos disso, cabe destacar que ainda existe uma outra lógica dentro da Seguridade Social e que esta lógica é estabelecida sem contrato de seguro contributivo, ou seja, sem contribuição monetária. Tal lógica é denominada de lógica da universalização dos direitos e, nesta perspectiva, "os benefícios podem romper com a lógica do seguro e assumir uma lógica social" (BOSCHETTI, 2009, p 326)

Boschetti explica que designou essa lógica da assistência e do seguro separadamente em referência a uma relação que existe entre a assistência e a previdência quando falamos de seguro social. Ainda diz que passa a designar a lógica da assistência como lógica social para que não se tenha confusão diante destes fatos, já que, muitas vezes a lógica da assistência é confundida com a política de assistência social implementada recentemente no Brasil e que

tais fatos não se referem ao mesmo fenômeno. (BOSCHETTI, 2009, P. 331) A política de assistência social no Brasil será tratada de forma mais detalhada no decorrer deste capítulo, em que contextualizo tal política em nosso país.

Após esta extensa conceituação da Seguridade Social devemos compreender onde ela surgiu no mundo e no Brasil para que possamos ter um maior entendimento conceitual e da própria política de assistência social, já que como dito anteriormente ela está diretamente relacionada com a Seguridade Social.

Portanto, a Seguridade Social surgiu inicialmente na Alemanha, no final do século XIX(1883), durante o Governo do Chanceler Otto Von Bismarck, sendo considerada um sistema de seguro social, pois suas características se assemelhavam aos seguros privados, principalmente no que diz respeito aos financiamentos onde os recursos são oriundos fundamentalmente de contribuição dos empregados e empregadores. Tais modelos orientavam e ainda orientam muitos benefícios da Seguridade Social e da previdência social.

Em 1942 surge na Inglaterra o Plano Beveridge, que propõe a instituição do Welfare State e critica o modelo anteriormente apresentado. Tal Plano coloca os direitos como caráter universal e garante um mínimo social a todos que necessitem. Diferentemente da Seguridade Social instituída na Alemanha, o financiamento do sistema beveridiano provem de impostos fiscais e não de contribuição. Outra diferença entre os dois planos é que aqui a gestão é estatal e pública e seus princípios são a uniformização dos benefícios e a unificação institucional.

Percebe-se que enquanto o primeiro modelo de Seguridade Social está voltado para a manutenção da renda dos trabalhadores que estão em risco social, o segundo tem como principal objetivo a luta pela pobreza da população em sua grande maioria e não só dos trabalhadores que podem contribuir financeiramente para o sistema. Este fato é muito importante pois

As diferenças desses princípios provocam o surgimento e instituição de diferentes modelos de seguridade social nos países capitalistas, com variações determinadas pelas diferentes relações estabelecidas entre o Estado e as classes sociais em cada país. (BOSCHETTI, 2009, p.325)

Ao refletimos sobre a citação acima, devemos perceber que o modelo de Seguridade Social acaba não sendo o mesmo em todo país e que este fato depende diretamente da relação Estado e classe social estabelecida nele. Percebe-se também que não existe atualmente um modelo puro de Seguridade Social, geralmente as linhas de seguridade existentes apresentam características dos dois modelos citados acima, podendo ter uma maior predominância de um ou de outro (BOSCHETTI, 2009, p. 325)

No Brasil a Seguridade Social surge a partir da Constituição de 1988, onde as políticas de saúde, assistência e previdência são reorganizadas e reestruturadas passando a ter novos princípios e diretrizes. Porém, tal sistema de Seguridade Social se apresenta como híbrido e ao mesmo tempo não homogêneo, não integro e não articulado entre si. Ao falar que possui

um sistema híbrido quero dizer que ao mesmo tempo em que a Seguridade Social possui direitos relativos ao trabalho, também possui direitos relativos a seletividade e a universalidade onde respectivamente previdência, a assistência e a saúde são colocadas dentro deste sistema. Segundo Boschetti,

aquelas diretrizes constitucionais, como universalidade na cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade nos benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e caráter democrático e descentralizador da administração (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998), não foram totalmente materializadas e outras orientaram as políticas sociais de forma bastante diferenciada, de modo que não se instituiu um padrão de seguridade social homogêneo, integrado e articulado (BOSCHETTI, 2009. P. 330)

O próprio Art. 194 da Constituição Federal traduz muito bem essas reflexões a respeito da Seguridade Social e sua relação com essa não homogeneidade e não articulação do sistema. Tal artigo da Constituição já foi citado anteriormente neste trabalho, porém tenho aqui o intuito de mostrar também seus objetivos e princípios. Segundo Art. 194, CF/88,

Art. 194 A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Os princípios da Seguridade Social citados aqui poderiam redirecionar as políticas de saúde, previdência e assistência, tornando-as mais concisas, articuladas e

coerentes, havendo neste contexto um predomínio da lógica social na política de seguridade e não mais a lógica de seguro contratual como é atualmente. Apesar disso, a Seguridade Social no Brasil incorporou os princípios dos dois modelos já mencionados aqui (o modelo Beveridgiano e o modelo Bismarckiano), pois restringiu a previdência aos trabalhadores contribuintes, colocou a assistência social como um limite de acesso apenas para quem dela necessitar e universalizou apenas a saúde.

É importante destacarmos que este padrão de Seguridade Social onde a universalidade está presente não existiu e está longe de existir no Brasil. O modelo de Seguridade Social implementado aqui está predominantemente sustentado na lógica do seguro e não da lógica social como deveria ser. De acordo com Boschetti, desde a Lei Elóy Chaves que o acesso à política de saúde e previdência são adquiridas de acordo com uma contribuição para a previdência social, sendo a assistência desprovida de um reconhecimento legal como direito, mas sinalizada como uma ação pública e associada à previdência (BOSCHETTI, 2009, p. 329)

Segundo a autora, foi a onda neoliberal presente no país na década de 90 que determinou o desenvolvimento de uma política voltada para o setor econômico e não o social como deveria ser. Este fato é importante, pois explica porque a Seguridade Social no Brasil tem um caráter predominante de seguro e não de assistência, mostrando que aquele caráter híbrido, retardatário e distorcido, a Seguridade Social possuía uma dificuldade de se consolidar no país devido ao Estado não assumir um compromisso redistributivo durante a crise econômica vivida na época. (BOSCHETTI, 2009, p. 330)

A respeito disso, Boschetti relata que

Os direitos conquistados pela classe trabalhadora e inseridos na carta constitucional foram submetidos ao ajuste fiscal, provocando um quadro de retrocesso social com aumento da extrema e da "nova" pobreza. (BOSCHETTI, 2009, p. 330)

Com isso, o sistema de Seguridade Social passa a ser estabelecido teoricamente a partir dos princípios de universalidade e integralidade contido no âmbito da saúde e implementados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fortalecendo a lógica do seguro no âmbito da previdência.

Tudo isso acabou reestruturando a política de assistência social, tendo como base no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS será tratado mais à frente quando falarmos sobre o Centro de Referência Especializada de Assistência Social, o CREAS.

Boschetti ainda faz uma reflexão importante sobre o assunto falando que toda essa sobreposição histórica entre os elementos relacionados à assistência e ao seguro social poderiam ter dado fruto a uma Seguridade Social ousada, de caráter universal e pública, sendo bem diferente da que temos hoje. Segundo a autora, a seguridade social errou ao incorporar uma tendência de separação entre as lógicas de seguro e de assistência e a passar a materializar políticas com características próprias e específicas como as políticas da saúde, assistência e previdência. Tais políticas acabam se excluindo e se isolando, o que na prática

faz com que o conceito de seguridade fique no meio do caminho entre a assistência e o seguro (Boschetti, 2009).

A partir disso tudo, podemos concluir que no âmbito da Seguridade Social, a previdência e a assistência social "constituem um campo de proteção que não se restringem e nem se limitam a lógica de produção e reprodução do capitalismo" (BOSCHETTI, 2009, p 332). Um exemplo disso é quando Boschetti diz que no Brasil, as políticas sociais e públicas agem mais com um intuito de renovação das desigualdades sociais a diminuição delas. Também devemos entender neste contexto que existe uma relação muito forte entre trabalho, previdência e assistência social e que dependendo do padrão de Seguridade Social instituído pelo país se possui uma capacidade ou não de se impor limites para a desigualdade social no capitalismo. (BOSCHETTI, 2009, p. 239)

A autora traz uma reflexão importante a respeito destes aspectos, onde a assistência, o trabalho e a previdência andam juntos. Ainda explica um pouco do que foi dito no parágrafo anterior sobre a questão da reprodução e produção no capitalismo. Segundo Boschetti,

Reconhecer o direito à assistência social no âmbito da seguridade social não significa defender ou desejar que essa política seja a referência para assegurar o bem estar ou satisfazer as necessidades sociais no capitalismo, pois adotar essa posição seria ter como horizonte uma sociedade de assistidos [...]. Defender a seguridade social em sentido amplo, onde a lógica social sobreponha a lógica securitária, requer reconhecer o espaço da assistência social e, seu âmbito, sem superestimá-la e tampouco sem discriminá-la como um direito incompatível com o trabalho. (BOSCHETTI, 2009, p 328)

Após esta breve caracterização do que foi a Seguridade Social e como ela surgiu no mundo e no Brasil, é importante destacarmos um dos artigos da Constituição Federal que trata desta relação entre a Seguridade Social e a assistência social, tão falada no decorrer deste capítulo, assim, podemos ver o que foi escrito teoricamente aparece exemplificado na prática. O Art. 203 da Constituição Federal instituiu a Assistência Social como Seguridade Social pensando numa proposta de assistência diferente da Previdência Social enquanto prestação de serviço, sendo assim, um direito garantido a todos os cidadãos independente de contribuição. Segundo Art. 203, CF/88:

ART, 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Tais fatos devem ser destacados, pois como já dito é a partir da promulgação desta Constituição que a Assistência Social passa a estar no mesmo nível constitucional da saúde e da previdência, o que não ocorria no passado. Além disso, tal constituição é considerada um marco em relação às implementações e formulações das políticas sociais do país e sua relação com a questão social. Depreende-se disso que durante muitos anos a questão social esteve ausente das formulações de políticas sociais e públicas no Brasil e que a partir da Constituição Federal de 1988 e da promulgação de Leis e artigos contidos nela este fato mudou.

O site do MDS retrata de forma bem concisa o que foi dito até aqui sobre a assistência social:

"A assistência social, política pública não contributiva, é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Entre os principais pilares da assistência social no Brasil estão a Constituição Federal de 1988, que dá as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de 1993, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações" (MDS,2012)

O referido site ainda traz uma informação importante a respeito do controle social da assistência social e mostra que este tal controle se consolida como um modelo de gestão transparente em relação a execução da política, segundo o MDS " a gestão da assistência social brasileira é acompanhada e avaliada tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil, igualmente representados nos conselhos nacional do Distrito Federal, estadual e municipal de assistência social" (MDS,2012). Essa transparência acaba consolidando a responsabilidade estatal do enfrentamento a pobreza e a desigualdade social, o que ainda conta com a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais.

A partir do que foi dito e relatado aqui, pudemos compreender melhor como surgiu a política de assistência social e o que ela foi e é em nosso país, assim como, sua importância e relevância para a sociedade como um todo. Porém, falar de política de assistência social no Brasil sem tratar especificamente da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é um grande equívoco, pois foi esta política que serviu de base para muitas leis e normativas referentes à própria assistência social no Brasil.

Por este motivo, irei falar a seguir o que foi esta política e como ela surgiu em nosso país, além de sinalizar a sua importância enquanto política social e sua relação direta com a assistência social.

1.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)

Como dito anteriormente, irei relatar brevemente sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pois é uma das políticas sociais de maior relevância quando tratamos da política social.

A PNAS surgiu em 2004 e buscou agregar as demandas presentes na nossa sociedade no que diz respeito à responsabilidade política com o objetivo de "tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado" (PNAS, 2005, p 13). Cabe ressaltar que a PNAS foi incorporada através da aplicação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e dos avanços que a sociedade brasileira conquistou nestes últimos anos em relação a própria política de assistência social (PNAS, 2005). Tais avanços já foram relatados durante a discussão sobre a política de assistência social no Brasil.

Outro elemento importante sobre tal política é que a Política Nacional de Assistência Social foi aprovada pela Resolução nº15 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e expressa materialidade das diretrizes e objetivos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De acordo com a LOAS, SEÇÃO II, Art. 5º as diretrizes da assistência social são pautadas na participação popular, na descentralização das políticas e diz, principalmente, que a política de assistência em cada esfera de governo é de responsabilidade primeira do Estado. Segundo Art. 5º:

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os

Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência Social em cada esfera de governo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Assim como o Art. 204 da Constituição Federal de 1988, que estabelece as diretrizes da assistência social e como as ações governamentais serão realizadas nesta área. Segundo tal Art.:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Para começo de análise desta política nacional devemos entender como ela surgiu. Como já dito aqui, essa a Política Nacional de Assistência Social-PNAS- teve início em nosso país em 2004 e surgiu a partir das determinações da LOAS, a Lei Orgânica de Assistência Social, tendo como um dos principais objetivos a materialização desta lei. Outra questão importante a respeito da PNAS é que foi a partir dela que muitas ações sócio assistenciais e que a própria política de assistência social brasileira puderam acontecer. Cabe ressaltar que, foi a partir destes fatos que sobreveio a assistência social enquanto política, tão falada na seção anterior, pode prosseguir de forma mais coerente neste contexto. O primeiro parágrafo da apresentação da própria PNAS/2004 mostra de forma muito clara e resumida o que expliquei acima e como surgiu esta política.

A decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de elaborar, aprovar e tornar pública a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e denota o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. (PNAS, 2004, P. 11)

Dentro da introdução da própria PNAS conseguimos concluir e refletir a respeito de todo este significativo processo que culminou na promulgação de tal política. Segundo a PNAS, houve uma ampliação de reconhecimento por parte do Estado durante os últimos anos em relação ao amparo aos direitos de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Tal fato pode ser percebido com o que acontece na atualidade brasileira, onde há um crescimento progressivo dos gastos públicos no que diz respeito a assistência social e as três esferas do governo.

Nessa direção, pode-se dizer que a PNAS, juntamente com uma responsabilidade política, tem buscado incorporar as demandas presentes na camada social brasileira “objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (PNAS/2004 NOB/SUAS, 2004, P. 05). Aqui é importante entendermos a relação entre tal Política com a federação de nosso país e sua gestão, sendo que essa gestão é proposta pela PNAS e conduzida e detalhada pelo pacto federativo. O pacto federativo ainda detalha as competências e atribuições do nível federal, da legislação e do judiciário na nomeação das ações socioassistenciais do governo conforme indicação da LOAS e da NOB e de indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada.

Surge aqui uma discussão relevante no que diz respeito a centralização desta política, que permitiu um desenvolvimento diferente de implementação, gestão, monitoramento, avaliação de tal política. Porém, vale dizer que esta centralização ainda não está completa e deve ser superada. Em relação a isso podemos refletir que

Junto ao processo de descentralização, a Política Nacional de Assistência Social traz sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos, faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração. (PNAS/2004 NOB/SUAS, 2004, P. 05)

Com isso, pode-se dizer que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) trouxe como elementos importantes de implementação o reconhecimento de que as demandas setoriais e segmentadas devem ser tratadas de forma diferenciada para o manejo da atual política. Cabe ressaltar a importância dentro deste processo de instituição de rede de serviços e que tais redes devem ser promovidas pela assistência social para que se possa estabelecer uma diferença entre uma ação de iniciativa pública ou não desta política. Tal processo é necessário para que se tenha uma maior eficiência, eficácia e efetividade durante a atuação. Devemos entender que para que isso seja feito, os artigos 2º e 3º da LOAS devem ser regulamentados, assim as ações de responsabilidade direta da assistência social são estabelecidas. O ART 2º da LOAS diz respeito aos objetivos da assistência social e que tal política deve se realizar de forma integrada com outras políticas setoriais

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas

Setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Assim como o Art. 3º que classifica as entidades e organizações da assistência social

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Em relação a tudo isso, a Lei Orgânica de Assistência Social traz em seu artigo 6º uma referência a essa aplicação de um sistema descentralizado e participativo como forma de gestão do dito acima. Dividindo as responsabilidades sociais entre as esferas de governo e a sociedade civil. De acordo com o ART 6º da CF:

Art. 6º As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área.

Parágrafo único. A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Bem-Estar Social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Com isso, podemos fazer uma reflexão a respeito da concepção de Estado mínimo e de política pública restritiva de direitos explicitada acima, pois foi a partir das consequências dessas concepções que a precarização do trabalho, a falta de renovação de quadros técnicos, a falta de estabilidade empregatícia e a ausência de direitos trabalhistas ocorreram em nível nacional, estadual e municipal.

De acordo com o SUAS, a Política Nacional de Assistência Social foi uma estratégia do governo de atuação em relação as políticas sociais e de assistência, que teve o objetivo de melhorá-las em âmbito nacional. Tal empreendimento deve sobrelevar a prática do controle social, o que, nessa área em particular, adquire uma relevância crucial, já que o atributo torpe de campo de favores políticos e caridade, agregado historicamente a esta área, deve ser minado pelo estabelecimento de um novo estágio, feito de estratégias e determinações que suplantem política e tecnicamente o passado. Segundo a PNAS,

Esta nova qualidade precisa favorecer um nível maior de precisão, tanto no que tange ao conhecimento dos componentes que a geram, e que precisam ser conhecidos abundantemente, como aos dados e as consequências que a política produz. Isto vai incidir em outras condições para a sua ação, no estabelecimento de escopos ampliados, e contribuir para outra mensagem de seus resultados, visando o aprimoramento e a sintonia da política com o direito social. Trata-se de pensar políticas de monitoramento e avaliação como táticas de ampliação e de fortificação do campo assistencial. (PNAS/2004 NOB/SUAS, 2004, P. 6)

Podemos concluir com isso que a PNAS, juntamente com o surgimento do SUAS e a implementação da LOAS, foram muito importante para que a Assistência Social e para que pudessem se fortalecer e ter uma maior visibilidade em nosso país. Tudo isso significou um avanço democrático e cidadão em relação as leis e aplicação delas no Brasil, além de reforçar a conquista de direitos populacionais que só ocorreram mediante uma luta e insistência da sociedade e dos conselhos já relatados aqui. Por isso entender o que foi a Política Nacional de Assistência Social é muito relevante para a continuidade da leitura deste trabalho.

1.2.1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A LOAS

A Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS foi muito importante no que diz respeito a garantia de direitos e questões relacionadas a assistência social. Tal lei também marcou a emergência da Assistência Social no país, onde se coloca a Assistência Social pela primeira vez como uma Política Pública e "regulamenta este aspecto da Constituição e estabelece nor-

mas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios" (LOAS ANOTADAS, 2012, p.4).

A referida Lei vem do Decreto nº 7.788, de 2012. Tal Decreto dispõe sobre a organização da Assistência Social e, principalmente de seus objetivos, princípios e diretrizes. Segundo Art. 1º da CF:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2010)

Antes de refletirmos sobre o que foi a LOAS e qual a importância dela para a Assistência Social e para o próprio Serviço Social devemos entender o que é uma Lei, assim como, o que é uma Lei Orgânica. Segundo Maria de Fátima Prado Gautério (apud Santo Tomás de Aquino)

a lei é certa regra e medida dos atos, segundo a qual se induz alguém a obrar ou se aparta de obrar (ST, q. 1, a 1, ad 3). E como a regra e medida dos atos humanos é a razão, a lei é essencialmente racional, ordenando as coisas para o fim. Por outra parte, os vários atos que derivam da lei, a saber: mandar, proibir, permitir e castigar trazem em si o selo direto da razão. Assim, segundo a ética tomista, a lei é essencialmente diretiva de todos os atos humanos, relativamente a sua função prática. (Fátima Prado Gautério, Maria de. O conceito de lei segundo Santo Tomás de Aquino)

O conceito de Lei também pode ser definido do latim ligare ou legere, que significa respectivamente "aquilo que liga" ou "aquilo que se lê", portanto, a palavra lei é um conjunto de normas jurídicas ou simplesmente uma norma que foi criada pelo processo próprio do ato normativo e estabelecida pelas autoridades competentes para o seu efeito.

Portanto, a Lei Orgânica de Assistência Social estabelece normas e critérios para a organização da Assistência Social no Brasil, regulamentando determinando os aspectos da Constituição que se referem a isso, além de determinar a Assistência Social como Política Pública.

Outros dois acontecimentos que devemos dar destaque quando falamos da LOAS são a IV e V Conferência Nacional de Assistência Social, onde foram implementadas a Política Nacional de Assistência Social(PNAS) e o SUAS, respectivamente.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social foi importante para aquele momento na história do nosso país, pois foi através dela que as diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) puderam se materializar, esta materialização se deu em grande parte pela elaboração, aprovação e publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), assim se expressa neste contexto um “ processo de construção coletiva do (re) desenho desta política, na perspectiva de implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência

Social.”(PNAS,2004, p 4)

Segundo o MDS, “a IV Conferência Nacional de Assistência Social realizou-se em dezembro de 2003 na cidade de Brasília sendo convocada pela Portaria nº 262, de 12 de agosto de 2003. Tal Conferência significou um passo na direção da sedimentação dos novos termos da Política de Assistência Social no Brasil tendo como tema geral "Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania - LOAS 10 anos” (MDS, 2012)

A V Conferência Nacional de Assistência Social se relaciona diretamente com a Assistência Social pois foi após esta Conferência que o MDS e o CNAS viabilizaram e implementaram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), “constituindo um marco de conquistas da Assistência Social como política pública em que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome(MDS) e o Conselho Nacional de Assistência Social(CNAS) viabilizam a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no país”(SUAS- ORIENTAÇÃO ACERCA DOS CONSELHEROS E DO CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,2006) . Segundo site do MDS:

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, por meio da Resolução CNAS nº 111, de 14 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 15/06/2005, convocou a V Conferência Nacional de Assistência Social, com objetivo de consolidar um Plano de metas para implementação da Política Nacional de Assistência Social para os próximos dez anos”. Ainda, “a V Conferência Nacional de Assistência Social foi realizada, no período de 5 a 8 de dezembro de 2005, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, e teve como tema SUAS – PLANO 10: Estratégias e Metas para Implementação da Política Nacional de Assistência Social. (MDS, 2012)

É importante destacarmos que a LOAS vem sendo aprimorada desde 2003 e que só pôde ser implementada a partir de uma definição governamental que estabeleceu uma rede de proteção social, de modo a cumprir as determinações legais. Dentre as iniciativas, a de se destacar em 2005 e de acordo com as determinações da LOAS e da Política Nacional de Assistência Social, a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é considerado um “mecanismo que permite interromper a fragmentação que até então marcou os programa do setor e instituir, efetivamente, as políticas da área e a transformação efetiva da assistência em direito”. (LOAS ANOTADAS,2012, p. 04).

Iremos tratar sobre o SUAS no próximo item, onde irei sinalizar e fazer um breve histórico do que foi este sistema, e qual a sua importância para o nosso país. Contudo, devemos entender que apesar desses dois suportes constitucionais serem diferentes enquanto caráter normativo e legislativo o SUAS e a LOAS se relacionam e se completam entre si. Todos esses apontamentos serão importantes para nosso objeto de estudo, pois é a partir de tais acontecimentos que muitas coisas mudaram em nosso país, principalmente quando falamos de acesso aos direitos e a própria assistência social.

1.2.1.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE O SUAS

Como já dito, o SUAS foi um elemento importante para a implementação da Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004, pois foi um componente do Modelo de Proteção Social Não Contributiva e um dos instrumentos de integração da política de Assistência Social com as demais políticas públicas.

A importância do SUAS, se dá também pelo fato de introduzir mudanças profundas em relação a referências conceituais, a estruturas organizativas e a lógicas de gerenciamento e controle de ações. Reconhecendo diferentes formas de proteção devidas pelo estado, a proteção social básica e a proteção social especial. A proteção social especial é dividida em proteção social especial de alta complexidade e de média complexidade. Assim, a Assistência Social passa a se organizar de acordo com as especificidades das necessidades sociais que tem como característica sua heterogeneidade.

Um aspecto importante trazido pelo SUAS é em relação a oferta de serviços e benefícios, pois foi através dele que uma maior quantidade de pessoas pôde acessar estes serviços e benefícios, independente das circunstâncias. O SUAS organiza seus serviços de acordo com uma escala complementar e hierarquizada, por isso, os serviços de proteção social básica devem estar em todos os territórios vulneráveis para que um maior número de pessoas possam acessar tais serviços e benefícios. Estes serviços devem estar disponíveis nos locais de maior vulnerabilidade social, se tornando com isso uma referência para as famílias e indivíduos.

Um outro dado importante aqui é que a porta de entrada para o Sistema Único de Assistência é estatal e se divide em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Os CRAS são implementados em territórios de maior vulnerabilidade e risco social e caracteriza-se como a porta de entrada do SUAS. Os CREAS são a unidade estatal responsável pelo atendimento, orientação e apoio especializado e continuado de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) tem o papel de potencializar as redes de proteção social básica, intermediando o papel de apoio, orientação e acompanhamento a situação de ameaça ou violação de direitos da população. A respeito do CREAS, o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS traz um aporte teórico quanto a isso

(Art. 23º) Após verificação de que o descumprimento de condicionalidade decorre de situação de risco social relacionados a não retirada da criança ou adolescente do trabalho infantil, mendicância, situação de rua e violência (física, sexual ou psicológica), deverão ser adotados os seguintes procedimentos iniciais:

I - O CREAS ou equipe técnica da PSE realizará contato inicial com a família, se necessário por meio de visita domiciliar ou abordagem de rua, realizando inicialmente um diagnóstico da situação e os encaminhamentos para outros serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e do Sistema de Garantia de Direitos (SGD);

II - O CREAS ou equipe técnica da PSE deverá notificar a situação ao Conselho Tutelar a fim de viabilizar a aplicação de medidas protetivas necessárias.

(Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social- SUAS)

Portanto, devemos diferenciar o CRAS e o CREAS para melhor compreensão do que foi dito anteriormente. Segundo o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social alguns aspectos importantes imprimem uma dimensão e significado novo no campo sócio assistencial brasileiro, dentre os quais a criação dos CRAS e dos CREAS se destacam como reafirmação dos direitos sociais e concretização da presença do poder público.

Vale lembrar que a Proteção Social Básica tem como porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS já citados anteriormente.

Já os serviços de média complexidade são considerados aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados sem vínculos familiares e comunitários rompidos. A proteção social de média complexidade é organizada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Seus serviços ofertados são de cunho socioassistencial, juntamente com o acompanhamento individual e soluções protetivas para as famílias e indivíduos. Segundo o site da Prefeitura Municipal de Florianópolis, são programas dos serviços de proteção social de média complexidade Serviço de Orientação e Acompanhamento ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, onde estão inseridos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI/PAEFI, o Centro de Atenção e Prevenção a Violência contra a Pessoa Idosa/CIAPREVI – PAEFI/IDOSO, o (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e o Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescente-Sentinela/PAEFI. Outros serviços de proteção social de média complexidade são o Centro de Referência de Atendimento da Mulher em Situação de Violência, Centro Especializado de Referência para Atendimento à População de Rua – CENTRO POP, PROADQ – Projeto de Atendimento ao Dependente Químico, Renda Extra para Idosos e o Núcleo de Apoio a Família – NAF Rodoviário.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado do

convívio familiar e/ou comunitário e vínculo rompido.

Cabe ressaltar a importância do vínculo de tais programas com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), tal vínculo se dá em dois sentidos. Um sentido no que diz respeito à prevenção e proteção básica e especial de famílias e indivíduos que necessitem de tal proteção, e que no futuro poderão (ou não) ser encaminhados para os programas que compõem a rede de proteção social especializada, como já mencionados anteriormente. O outro sentido está em relação ao que é feito quando as famílias que estão nestes programas são desvinculadas ou desligadas deles por possuírem regularidade nas condicionalidades, após isso cada família é encaminhada para o CRAS para que seus direitos continuem acontecendo.

Cabe destacar aqui que no município de Florianópolis também ocorre a mesma tipificação descrita acima. Sendo a Secretaria Municipal de Assistência Social do município a executora atual e gestora plena da Assistência Social, estando estruturada de acordo com as novas classificações de programas e serviços da Política Nacional de Assistência Social. A SEMAS se divide em três Diretorias: Diretoria de Proteção Social Básica, Diretoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Em relação a Proteção Social Especial, destaco a importância da Proteção Social de Alta Complexidade pois é nela que conseguimos ter respaldo para que a população em situação de rua seja atendida. De acordo com o SUAS, é a Proteção Social Especial que organiza as ofertas de serviços, programas e projetos destinados as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social e por violação de direitos, sendo apontado como demanda de trabalho a própria população em situação de rua e pessoas com afastamento de convívio familiar. Além disso, os serviços descritos acima incidem sobre pessoas e indivíduos que passaram por situações de conflitos, tensões e fragilizações ou rompimento de vínculos.

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado para as Pessoas em Situação de Rua”

a Proteção Social Especial, em média Complexidade considera a especificidade do atendimento ofertado [...] com vistas a contribuir para: prevenir agravamentos e potencializar recursos visando à reparação de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento com vínculos familiares, comunitários e/ou sociais.(Caderno de Orientações Técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado para as Pessoas em Situação de Rua, 2011, P 34)

Em Florianópolis, os serviços governamentais especializados na população em situação de rua são: o Centro Pop (localizado no Centro da Cidade), a casa de Apoio Social ao Morador de Rua (localizado no Jardim Atlântico).

Por último, devemos entender a importância de tais programas e serviços para a população em situação de rua, pois é através deles que essa parte da população pode ter um suporte maior e até mesmo "ser visto" pela sociedade. Irei falar melhor sobre a população em situação de rua no capítulo seguinte.

1.3 A POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Antes de relatar sobre a população em situação de rua é necessário explicar que surgiu nos últimos anos uma Política Nacional para inclusão desta parte da população, além disso, devemos destacar a importância da instituição desta política na discussão sobre o tema da população em situação de rua e para a própria discussão feita no presente trabalho a respeito da relação desse segmento populacional com as políticas sociais. O fato de se conseguir instituir uma Política Nacional para a População em Situação de Rua mostra os avanços que nosso país tem conseguido em relação a população em situação de rua e como tais avanços são importantes para a atual situação dessas pessoas, que aparecem muitas vezes para a sociedade e até para eles próprios como invisíveis e marginalizados.

Ao explicar nos itens anteriores o conceito de política social e quais são as principais políticas assistenciais brasileiras, devemos colocar a relação entre tudo isso com o objeto de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso: a população em situação de rua. Portanto, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua foi feita com o objetivo de orientar a construção e execução das políticas públicas voltadas para este segmento populacional. Segundo a própria Política Nacional (2008), a população em situação de rua é uma parcela da sociedade que faz das ruas sua identidade e seu espaço principal de sobrevivência, se relacionando com as ruas de formas diferentes, mas que tem em comum o fato de estabelecer nas ruas um espaço de relações privadas.

Por estes e outros fatos, a população em situação de rua acaba se tornando uma parcela da população excluída e privada de certas coisas perante a sociedade. O conceito de exclusão social é definido na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua segundo Castel e Alcock, onde "exclusão social relaciona-se com situação extremas de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social afetiva" (Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, 2008, P. 3). Portanto, a população em situação de

rua pode ser considerada participante deste processo de exclusão social por não possuir mais, dentre outros motivos, um vínculo familiar e afetivo.

É com a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua que se tenta estabelecer diretrizes e rumos para que a população em situação de rua possa voltar a ter um vínculo familiar e comunitário perdido anteriormente, assim como o acesso a direitos e oportunidades que são garantia de todo cidadão e até mesmo ter o direito a reconstruir novos vínculos familiares. Além disso, deve-se lembrar que nem sempre esse resgate de vínculos é possível.

Uma outra questão que deve ser lembrada ao falar desta política é a sua relação com a inclusão social, tão distante desta parcela da população.

"A importância da inclusão desta Política na perspectiva de políticas públicas que concretizem direitos conquistados historicamente pelo protagonismo da população-alvo e de seus aliados, combatendo injustiças sociais praticadas contra setores pauperizados e estigmatizados da população. Trata-se, portanto, do estabelecimento e da manutenção da inclusão social, que requerem do Estado a provisão de um padrão mínimo de bem-estar, e da garantia perene destes direitos sociais." (Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, 2008, P. 6)

Outra questão importante ao refletirmos a respeito da população em situação de rua e sua ascensão nas políticas sociais e públicas é a Lei 11.285 promulgada em 2005, tal lei incluiu a obrigatoriedade da formulação de programas que colocaram a população em situação de rua em um nível de proteção maior, o que fez com que o poder público municipal passasse a ter a tarefa de manter programas e serviços de atenção a essa parcela da população excluída pela sociedade.

Portanto, a Política Nacional para População em Situação de Rua pretende assegurar a população em situação de rua o acesso às políticas públicas de saúde, de educação, de previdência social, de assistência social, de trabalho, de renda, de moradia, de cultura, de esporte e de lazer. Além disso, cria canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra essas pessoas.

Tal política é importante de ser discutida durante este trabalho, pois é através dela que podemos perceber o que foi discutido anteriormente a respeito da política de assistência social e seu vínculo com a população em situação de rua, dando visibilidade para esta parcela da população excluída pela sociedade.

CAPÍTULO II- BREVE HISTÓRICO SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

2.1 O Surgimento da População em Situação de Rua

A população em situação de rua tem seu surgimento em decorrência das consequências do processo capitalista, ao gerar desigualdades e exploração social, tendo uma origem marcada nas sociedades europeias. Para explicar melhor este fenômeno, irei tomar como base o livro de Maria Lucia Lopes da Silva, denominado Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil, onde a autora caracteriza o fenômeno da população em situação de rua em seu contexto mundial e brasileiro.

A autora traz em seu livro um resgate histórico do surgimento da população em situação de rua no mundo, explicando que a caracterização deste fenômeno se deu inicialmente com uma discussão de acumulação primitiva, do pauperismo e de formação de um exército industrial de reserva.

A população em situação de rua surge com as sociedades pré-industriais europeias, onde camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras e não foram absorvidos pela indústria com a mesma velocidade em que ficavam disponíveis. Assim, muitos deles se transformaram em mendigos e ladrões, fazendo surgir o pauperismo. Segundo Silva, "É neste contexto que se origina o fenômeno população em situação de rua. No seio do pauperismo, que se generalizou por toda a Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições necessárias à produção capitalista" (SILVA, 2009, p 96)

Durante o feudalismo, os camponeses e trabalhadores rurais possuíam seu espaço de habitação e executavam atividades para proprietários das terras em troca de salários. Porém, houve um processo de mudança na economia europeia no qual as terras camponesas foram roubadas e transformadas em áreas industriais, se tornando propriedades particulares. Com isso, os camponeses e trabalhadores rurais tiveram que sair de suas terras e ir para as cidades. Foi do processo de migração dos camponeses, que tinham como um dos objetivos ser contratados pelas grandes indústrias e ter uma nova forma de sustento, e da não contratação de todo esse segmento populacional que muitos tiveram que viver nas ruas das cidades, tendo muitas vezes que roubar e pedir esmolas para sobreviver. Foi assim que surgiu e cresceu o fenômeno da população em situação de rua.

Para explicar melhor este processo, devemos entender que com o desenvolvimento do capitalismo, assim como sua produção e reprodução, fez surgir um processo de formação de um exército industrial de reserva que mantém a oferta e procura de trabalho de acordo com as necessidades de expansão do capital.

Assim, as condições histórico-estruturais que originaram e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que deram origem ao capital e asseguraram a sua acumulação, resguardadas as especificidades históricas, econômicas e sociais de cada país. (SILVA, 2009, p 25)

O processo histórico que separou o trabalhador dos meios de produção foi denominado por Marx de acumulação primitiva, sendo explicado por ele como a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. Portanto, a acumulação primitiva possui este nome, pois foi um período da história que veio anteriormente ao processo de acumulação capitalista descrito por Marx. A expropriação dos produtores rurais e dos camponeses constituiu a base para a história da acumulação primitiva, que como já explicado anteriormente expulsou os trabalhadores rurais de suas terras e os obrigou a vender sua força de trabalho nas nascentes cidades de meio industrial.

A respeito disso, Marx explica que mesmo que nos séculos XIV e XV já existia, prenúncios da produção capitalista, em algumas cidades mediterrâneas o processo tardou a acontecer, surgindo realmente no século XVI.

Porém, para este autor, a determinação de quando o capitalismo surgiu é muito divergente entre diversos autores que tratam do assunto, o que depende da definição da época histórica e do conceito da categoria modo de produção. (SILVA, 2009, p 95)

É importante entendermos aqui que este processo possui características diversas e se difere de país para país, pois cada lugar possui fases e características diferentes, passando por épocas da história também diferentes. Cabe ressaltar que para Marx a cidade de referência para o processo de acumulação capitalista é a Inglaterra, isso se explica pelo fato de existir segundo tal autor uma forma clássica de expropriação social.

Outra questão importante para compreender o processo de expropriação e de suas consequências na formação da classe trabalhadora é lembrar o que Marx dizia sobre a época feudal europeia. Segundo ele, a produção era feita através da repartição da terra para o maior número de camponeses possíveis e que, mesmo os que não possuíam suas terras e eram assalariados da agricultura, podiam usar uma área destas terras para cultivo de seus bens. Além disso, estes camponeses também podiam pastorear e retirar combustíveis para sua sobrevivência como lenha e carvão.

Foi através de todo esse processo histórico que surgiu a acumulação primitiva, onde os trabalhadores rurais são expulsos de suas terras e passam a ter que vender sua força de trabalho para as grandes indústrias que estavam nascendo. Silva explica muito bem esse processo ao discutir que

Os que foram expulsos de suas terras não foram absorvidos pela indústria nascentes com a mesma rapidez que se tornaram disponíveis, seja pela incapacidade da indústria, seja pela dificuldade de adaptação repentina a um novo tipo de disciplina de trabalho. Dessa forma, "muitos se transformaram em mendigos, ladrões,

vagabundos, em partes por inclinação, mas na maioria dos casos por forças das circunstâncias" (ibid:851), Foi o início de um fenômeno que se generalizou, atingindo toda a Europa Ocidental, no último quartel do século XVIII: o pauperismo (SILVA, 2009, p 95)

Com isso, a autora caracteriza o fenômeno pauperismo social e ainda o relaciona com a atual denominação de população em situação de rua. Silva(2009) explica que, em linhas gerais, a origem do fenômeno citado acima se deu neste contexto de condições histórico-estruturais que originaram o fenômeno do pauperismo.

Após esse processo, a produção capitalista se torna independente e organizada, passando a produzir sua acumulação primitiva em escalas cada vez maiores. Concomitantemente a isso, começa a se formar uma superpopulação relativa que atualmente vai de acordo com as necessidades do sistema capitalista e da acumulação de seu capital. Cabe destacar que com o desenvolvimento da produção capitalista, a classe trabalhadora também se desenvolve a acaba aceitando como leis naturais as exigências dos modos de produção capitalista em questão (SILVA, 2009, p 97).

Ainda em relação ao pauperismo e sua relação com o fenômeno da população em situação de rua Silva destaca que

Em linhas gerais, pode-se dizer que foram essas condições histórico-estruturais que deram origem ao fenômeno do pauperismo, ao qual se vincula o que hoje se denomina população em situação de rua. Têm como base a expropriação dos produtos rurais e camponeses e suas transformações em assalariados, no contexto da chamada acumulação primitiva e da indústria nascente (SILVA, 2009, p 96)

Ao explicar sobre a superpopulação relativa Silva (2009) explica que é importante compreender suas formas de existência e que independente da forma que assume é caracterizada como flutuante, latente e estagnada. Flutuante, pois reflete o movimento dos trabalhadores que ora são atraídos ora são repelidos pelo mercado de trabalho. Latente, pois se expressa nos fluxos migratórios dos camponeses para as cidades. E estagnadas, pois representam uma classe de trabalhadores com um baixo padrão de vida e em ocupações irregulares.

Sobre a estagnação da superpopulação relativa e sua relação com a população em situação de rua, Silva (2009) explica que durante o período de 1995 a 2005 a maior parte da população em situação de rua brasileira vivenciou este momento de estagnação da superpopulação relativa antes de estar em situação de rua e que "muitas pessoas assumem essa forma, sobretudo aquelas que realizam atividades como vigia, lavador de carro, engraxate, catador de materiais recicláveis, entre outras ocupações, principalmente do setor não-organizado" (Silva, 2009, p 100).

Também devemos situar como o fenômeno da população em situação de rua é visto na

contemporaneidade, sendo um resultado de múltiplas determinações e se destacando como uma expressão da questão social.

Silva (2009) relata que compreender tal fenômeno nessa condição exigiu um debate teórico sobre a categoria questão social e que foram feitas algumas indagações para estruturar tal compreensão, dentre elas a do porque o fenômeno da população em situação de rua constitui uma expressão radical da questão social na contemporaneidade. Cabe destacar que não irei conceituar aqui de forma mais profunda a categoria questão social como a autora fez, isto se justifica pelo fato de não ser a questão social o objeto de estudo, porém é importante entendermos seu conceito para compreensão do que foi dito anteriormente. Ao falar sobre este assunto em seu livro, Maria Lúcia Lopes cita Iamamoto e José Paulo Netto para explicar a categoria, pois suas ideias se associam na composição do referencial teórico.

De acordo com Silva (2005 apud Iamamoto, 2005, p. 27), a questão social é compreendida como "o conjunto das expressões da desigualdade social da sociedade capitalista madura". A autora explica que para Iamamoto, a questão social também expressa rebeldia e não é um resultado natural da sociedade humana, mas uma reação das desigualdades impostas pela ordem capitalista sendo inerente ao capitalismo. Não existindo, assim, uma "nova questão social" e sim novas expressões da "velha" questão social. Iamamoto quer dizer com isso que a questão social continua a mesma e que o que mudou na sua atualidade foram suas expressões contemporâneas.

Ainda segundo a autora Silva (2009), Paulo Netto diz que o termo questão social foi usado inicialmente em 1830 e referia-se ao pauperismo do início do capitalismo industrial como fenômeno generalizado, ressaltando que os pauperizados não aceitaram a situação em que se encontraram e protestaram contra ela. Assim, a classificação de pauperização como "questão social" possui uma relação direta com seus desdobramentos sociopolíticos.

Como já dito anteriormente, a população em situação de rua surgiu em um contexto de desigualdades sociais resultantes das relações sociais da relação capital/trabalho, se tornando uma expressão da questão social. Com as mudanças no mundo do trabalho e a reestruturação produtiva ocorridas na contemporaneidade, agravam-se questões como o desemprego, a precarização do trabalho e a expansão da superpopulação relativa, o que faz com que os níveis de pobreza se agravem na sociedade. É neste contexto de grandes desigualdades sociais que a população em situação de rua cresce se tornando parte dessa superpopulação relativa citada acima.

No Brasil, só se tem estudos acerca do fenômeno a partir da década de 1990. Por isso, não se pode ter uma comparação deste fato com períodos anteriores e nem se ter um conhecimento sobre a origem e o resgate histórico sobre o fenômeno da população em situação de rua no país antes disso. Porém tais estudos revelam a dimensão alcançada pelo fenômeno no Brasil, em um período em que o próprio capitalismo passava por um processo global de mudanças e que refletiram no país.

Neste período, percebeu-se a enorme expansão da superpopulação relativa no mundo e no Brasil, particularmente em sua forma *flutuante*, devido a redução dos postos de trabalho na indústria; *estagnada*, em decorrência do crescimento do

trabalho preconizado, e do pauperismo (sobretudo a parte constituída pelos indivíduos aptos ao trabalho, mas não absorvidos pelo mercado), o que ajuda a explicar a expansão do fenómeno população em situação de rua. (Silva, 2009, p 104)

Segundo Silva (2009), existem seis aspectos que fazem compreender as causas do fenómeno população em situação de rua na atualidade e que tal caracterização é importante para que se possa ter uma maior noção sobre este grupo populacional. Os seis aspectos caracterizados pela autora serão mais bem explicados no próximo item, onde irei caracterizar a população em situação de rua.

Com isso, podemos concluir que o fenómeno da população em situação de rua surge em um contexto da Revolução Industrial no qual não se tinha emprego para todos, a desigualdade social e a pauperização só aumentavam. Assim, grande parte dos camponeses e produtores rurais foi expropriada de suas terras e obrigados a vender suas forças de trabalho sem que todos fossem absorvidos pelo sistema capitalista. Na atualidade este fenómeno se caracteriza como uma expressão da questão social e se apresenta como resultado de múltiplas determinações. Após entender o surgimento da população em situação de rua no mundo e no Brasil, assim como na atualidade, irei caracterizar melhor tal fenómeno para que se possa entendê-lo e que se tenha mais elementos para discussão.

2.2 A Caracterização da População em Situação de Rua

Antes de caracterizar o fenómeno da população em situação de rua, é importante que entendamos o significado de tal conceito, assim como, que se saiba qual dos significados desta categoria serão adotados no presente trabalho. A importância no entendimento deste conceito de dá em um sentido conceitual mais amplo, onde deve-se entender seu real significado para que se possa caracteriza-lo melhor.

Portanto, a caracterização do fenómeno da população em situação de rua será adotada para elaboração do presente trabalho a partir do que a autora Maria Lúcia Lopes da Silva aponta em seus estudos sobre o tema, assim como bibliografias complementares que busquei em planos e pesquisas sobre a população em situação de rua.

Silva (2009) considera em seu livro seis aspectos para caracterizar tal fenómeno: as múltiplas determinações, a expressão radical da questão social na contemporaneidade, a localização nos grandes centros urbanos, o preconceito, as particularidades vinculadas ao fenómeno em que se manifesta e a tendência a naturalização do fenómeno. Tais aspectos serão discutidos a seguir para que se consiga definir melhor essa população, assim, há a possibilidade de se ter um parâmetro conceitual para o desenvolvimento e análise deste trabalho de conclusão de curso. Sendo o aspecto relacionado com a questão social já foi explicado anteriormente.

Porém, como já dito, primeiramente é necessário que se defina o conceito que será adotado sobre a população em situação de rua, assim como, o porquê de se falar "população

em situação de rua" e não apenas "população de rua".

Segundo Silva (2009) a definição de população em situação de rua foi dada de diversas formas e em diversos lugares, assim como em cidades diferentes de nosso país e em pesquisas e relatórios importantes para a discussão deste tema. A autora cita que tal tema teve sua conceituação em cidades como Porto Alegre, Recife, São Paulo e Belo Horizonte e que tal conceituação foi dada muitas vezes através de pesquisas e relatórios sobre o assunto. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica-Fipe também foram importantes nesta conceituação.

Portanto, o conceito de população em situação de rua pode ser dado de diversas formas, sendo definido, por exemplo, pela Prefeitura de Recife no programa *Travessia* como "aquela que dorme nas ruas por pelo menos uma noite por semana e se encontra com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados" (SILVA,2009, p 132)

Segundo o site do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) a população em situação de rua é definida como a população em situação de rua ou grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Com isso, podemos inferir que pessoas em situação de rua são consideradas pelo MDS como aquelas que vivem na rua e fazem dela espaço de convívio e, principalmente, de sobrevivência. Além disso, percebe-se que estas pessoas passaram a viver na rua por determinado motivo e permanecem dependentes dela para sobreviver (comer, dormir, fazer bicos, higiene pessoal, etc.) e que geralmente, têm seus vínculos afetivos, familiares ou comunitários interrompidos ou fragilizados.

A população em situação de rua ainda é pouco discutida no Brasil. De uma forma geral, as pesquisas oficiais que partem do domicílio como unidade básica de análise deixam de incluir os moradores que não possuem endereço fixo em suas pesquisas. Isso pode ser justificado, em grande medida, pelas complicações conceituais e metodológicas envolvidas com a definição e mensuração deste tipo de população.

No entanto, mesmo com todas as dificuldades, observou-se nos últimos anos, principalmente a partir de iniciativas isoladas e circunscritas às áreas de Assistência Social de alguns governos municipais e Universidades, o desenvolvimento de trabalhos voltados para a população em situação de rua. Além disso, a promulgação de algumas leis e normativas que beneficiam essa parcela da população e, principalmente, a instituição da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua foram muito importantes neste aspecto. As primeiras pesquisas realizadas voltadas para este tema procuraram traçar um perfil e quantificação destas pessoas através de contagens em áreas e locais pré-determinados, como áreas centrais das cidades, albergues, etc.

Contudo, observa-se que nos últimos anos tem-se ocorrido um amadurecimento teórico nas investigações relativas a esta população. Percebe-se que começam a ser realizadas pesquisas de caráter mais estritamente censitário, envolvendo e permitindo o desenvolvimento de conceitos e metodologias aplicadas, que subsidiaram as políticas públicas e a própria discussão sobre o assunto, o que fez com que se mensurasse e aprofundasse o conhecimento deste grupo social na sociedade brasileira e no mundo acadêmico de nosso país.

Neste sentido, vários municípios procuraram realizar seus censos, porém, cada um acabou por desenvolver conceitos e metodologias próprias. Fato que, pelo menos num primeiro momento, não tem permitido a comparabilidade dos diferentes resultados obtidos. Tal fato pode ser percebido pela própria análise que Silva faz em seu livro, onde mostra que a definição de população em situação de rua foi apontada por ela de acordo com pesquisas e parâmetros de cidades diversas do Brasil.

A respeito disso, é interessante perceber que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) também propõe este debate, formulando políticas públicas voltadas especificamente para a população em situação de rua. A partir daí o Ministério do Desenvolvimento Social também passou a convidar representantes de vários municípios, a Igreja e entidades não governamentais que trabalham com este segmento populacional, no sentido aprimorar os conceitos envolvidos e traçar políticas de âmbito nacional sob o foco da assistência social. Entre os objetivos iniciais procurou-se formular uma definição que pudesse abranger as diferentes dimensões e contextos da população em situação de rua. Após vários debates chegou-se a um consenso acerca de uma definição que seria:

“Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (MDS,2012)

A respeito disso, podemos buscar o que Silva (2009) explica sobre a noção de população em situação de rua e sua relação com as três condições comuns que a identificam como um grupo populacional diferenciado, a autora diz que mesmo que alguns temas como a inexistência de trabalho regular e o consumo frequente de álcool e outras drogas sejam os mais citados entre outros autores do meio sejam classificados como os mais relevantes na função delimitadora da noção de população em situação de rua ela prefere adotar essas três condições para orientação de seu estudo, são elas: a heterogeneidade da população de rua, a pobreza extrema e a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento. Além disso, Silva explica que os temas citados acima como os mais falados por outros autores sobre este tema também se relacionam e complementam o que ela delimita como condição para ocorrência de tais fatos. Segundo tal autora,

Compreende-se que a ausência de trabalho e renda regulares já está contemplada na noção de pobreza extrema, e que o uso frequente de álcool e outras drogas se impõe muito mais como uma estratégia de subsistência, capaz de ampliar a alienação acerca da situação de rua do que como uma condição característica que ajuda a definir esse contingente populacional (SILVA,2009, P 133).

Silva ainda traz diversos conceitos sobre a população em situação de rua, tais como a definição adotada em 1994 e 1995 que considera a população em situação de rua como um

segmento populacional que vive em situação de extrema pobreza e que habita logradouros públicos como praças, prédios abandonados pontes e viadutos de forma temporária ou permanente (Silva, 2009).

Já as Nações Unidas conceituam a população em situação de rua a partir de dois conceitos que se aproximam e, que, em grande medida poderiam ser utilizados para caracterizar a população em situação de rua no Brasil. O primeiro seria o de “desabrigados” que são os indivíduos vivendo nas ruas por falta de um espaço físico para residir. Neste caso, relacionado às impossibilidades de obter um domicílio devido, à tragédias naturais, guerras, desemprego em massa, falta de renda, etc. O segundo conceito é “indivíduos sem um abrigo que carregam suas poucas posses com eles, dormindo nas ruas, em portas ou no cais, ou em qualquer outro espaço, numa base mais ou menos aleatória”, se aproximando mais das características da população em situação de rua adotada no Brasil.

Todas essas definições dificultam as conclusões de uma discussão dos limites entre os que são efetivamente a população em situação de rua e os que são moradores de baixa renda com enormes carências habitacionais. Especialmente, em países com um grande número de pessoas residindo em moradias precárias como o Brasil. Outro fato, que também chama a atenção é o que Ferreira diz sobre este tipo de população, explicando que “não apresenta aspectos homogêneos ou ‘normalmente’ distribuídos” (2005 apud GLADWELL, 2006). Pelo contrário, uma característica própria dessas pessoas ou grupo de pessoas é a própria diversidade, sob as várias óticas sociais que se queira analisar. Na rua pode-se encontrar pessoas de várias origens sociais, com diferentes trajetórias, com diferentes períodos na rua, com doenças e deficiências distintas, grupos familiares, pessoas sozinhas, grupos de amigos, moradores e frequentadores de programas sociais, etc. O que por um lado não impede a organização de grupos de análise, mas por outro, dificulta em grande medida, as políticas públicas a partir de generalizações a cerca desta população.

Desta forma, dado o caráter de fluidez e diversidade que caracteriza essas pessoas, as complicações analíticas para sua contagem multiplicam-se. Em pesquisa mais recentes percebe-se que um dos problemas referentes em relação a população em situação de rua são muitas vezes relacionados a ter ou não um endereço fixo, sendo uma das características mais marcantes desse segmento populacional.

O problema relacionado as pessoas que possuem endereço, permanece a maior parte de seu tempo nos logradouros públicos significa que muitos são os que pernoitam em logradouros públicos, mas que possuem endereço fixo. Existem vários motivos determinantes desse aspecto entre eles: a falta de recursos para o transporte coletivo, a pernoite próximo aos carrinhos que coletam materiais para revenda, a pernoite próximo aos galpões de triagem de materiais, a embriaguez, pessoas com problemas mentais, etc.

Também se percebe que a diversidade de grupos de pessoas em situação de rua e de suas distintas localizações se refletem nos locais onde normalmente são encontrados, tanto em relação aos logradouros, como às instituições. Dessa maneira, também é necessário mapear as instituições e tipos prováveis de abrigo frequentados por essas pessoas.

Entre as várias características é possível encontrar pessoas que vivem desta forma de sobrevivência nas vias de maior movimento e aqueles que realizam atividades ilícitas como, venda e transporte de drogas e que tendem a estar localizados em espaços mais violentos e

menos vigiados. Por outro lado, é possível encontrar uma maior frequência de famílias (especialmente as compostas por um adulto com um menor de dezoito anos) em espaços mais reservados, como, por exemplo, nos baixios de viadutos que são mais sólidos e, portanto oferecerem maior segurança contra as intempéries.

Por sua vez, as instituições podem abrigar este tipo de população, oferecendo os mais diversificados tipos de serviços, inclusive de albergues. Tais albergues seriam responsáveis pelo fornecimento de refeições, cobertores, serviços de higiene, cuidados médicos, hospitais de pronto-socorro, psiquiátricos, albergues públicos e privados.

Percebe-se que apesar do conceito de população em situação de rua ser diverso e dado por diferentes entidades e órgãos públicos, este conceito possui alguns pontos em comum que devem ser considerados. O conceito adotado para a análise deste trabalho diz respeito à população em situação de rua chamada de forma estigmatizada de mendigo e pedinte, sendo esta população a mais marginalizada socialmente e que acaba se tornando um dos segmentos populacionais que mais inquietam a sociedade. Assim, muitos são estigmatizados como perigosos e violentos por pessoas que não vivem nessa situação. É importante destacar que tal conceito foi adotado por se aproximar mais diretamente com o tema escolhido para este trabalho.

Ainda sobre o que Silva diz a respeito deste tema, devemos conseguir diferenciar a terminologia "população em situação de rua" e "população de rua", assim como a denominação "morador de rua". O curioso é que ao se acrescentar ou mudar apenas uma palavra, podemos ter significados diferentes quanto a uma terminologia. Isso quer dizer que, comparando os dois termos "população de rua" e "morador de rua" percebe-se que no primeiro termo se considera que essas pessoas fazem parte da população, já no segundo pode-se dizer que elas apenas moram nas ruas e que ela nem sempre é parte integrante de sua vida cotidiana, podendo ser uma moradia temporária ou permanente.

Essa diferença conceitual também é explicada por Santos (2009) ao citar Sarah Escorel em sua tese de mestrado, a autora explica o que Escorel (2000) diz a respeito do tema, fazendo uma distinção entre os conceitos de população em situação de rua e pessoas em situação de rua. Sendo que, um é dado como pessoas que usam como moradia atual as ruas, ou que em algum momento já fizeram uso dela, e outro como as pessoas que fazem das ruas um lugar permanente de moradia e por isso o emprego deste substantivo.

A questão do emprego do termo "situação de rua" ao se falar especialmente destas pessoas, é recente em nosso país e possui uma maior importância no sentido de se ter uma preocupação de que tais pessoas apenas estejam nesta situação e que possam passar de moradores de rua para pessoas que possuem uma vida normal e digna.

Ainda segundo Escorel, "a distinção entre "moradores de rua" e "pessoas em situação de rua" consiste na existência de um grupo cuja condição é irreversível, ou seja, indivíduos que tem como habitat o ambiente inóspito das ruas" (Escorel apud Santos, 2009, p 14). Já o outro grupo é tido como grupo de pessoas em situação transitória que tem de uma forma geral a rua como um de seus endereços.

Por último, ressalto o que Silva (2009) relata em livro sobre essas três diferentes conceituações. A autora mostra que essas definições foram postas em diversos locais e em

épocas diferentes e também define a terminologia adotada durante os anos de 1994 a 1995, 1998 e 1999 e durante os anos 2000 e 2003 nas cidades de Porto Alegre e São Paulo respectivamente.

O então conceito adotado em Porto Alegre em um pesquisa sobre “a realidade do morador de rua, de Porto Alegre” e na “pesquisa condições sociais e de saúde mental de moradores de rua, em Porto Alegre” considera que a população em situação de rua é um segmento populacional que vive em situação de extrema pobreza e que habita logradouros públicos temporariamente ou de forma permanente (Silva, 2009). Silva complementa, explicando que as pesquisas realizadas em São Paulo nos anos 2000 e 2003 são similares as realizadas em Porto Alegre, porém “a diferença encontra-se na introdução das terminologias “população em situação de rua” e “pessoas de rua” (SILVA, 2009, p 134)

Outros conceitos de população em situação de rua, mostrados pela autora em seu livro são os adotados em Recife e Belo Horizonte no ano de 2005, segundo a autora

O conceito que orientou a pesquisa realizada em Recife, em 2005, foi “Grupo populacional heterogêneo desenvolvido por pessoas que possuem em comum a garantia de sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (SILVA, 2009, p 134)

A questão da heterogeneidade e de pobreza extrema será melhor explicada a seguir, quando falarmos sobre as características gerais da população em situação de rua. Contudo, após entendermos o significado do conceito população em situação de rua e sua diferença conceitual ao se falar “população de rua”, serão desenvolvidos os seis aspectos adotados por Silva (2009) como característicos do fenômeno.

2.2.1 Múltiplas determinações da população em situação de rua

Este aspecto é caracterizado como um dos poucos consensos quanto a este debate. A literatura no que diz respeito a população em situação de rua, traz como causa desses indivíduos permanecerem nas ruas, fatores estruturais, biográficos e naturais. Irei sinalizar cada um destes fatores para que se possa ter uma maior noção e entendimento do seu significado em relação à população em situação de rua.

Os fatores estruturais são classificados como a ausência de moradia e a não existência de emprego e renda. Já os fatores biográficos são determinados a partir do estabelecimento de uma ruptura de vínculos familiares e doenças mentais. Por último, os fatores naturais são os referentes a desastres e inundações.

Cabe destacar que o fenômeno da população em situação de rua não se explica por apenas um destes fatores, mas com uma mistura de vários, se tornando um aspecto de múltiplas determinações. Segundo Silva (2009), os fatores mais enfatizados na literatura contemporânea sobre o tema, são as rupturas com os vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho e de renda, o uso de álcool e drogas e problemas relacionados a situações de desabrigo.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008) traz dados que mostram na prática o que foi dito acima a respeito dos principais motivos para que a população em situação de rua passa a viver nela, segundo essa pesquisa 35,5% tem como razão de ida para a rua o alcoolismo e/ou outras drogas, 29,8 o desemprego e 29,1% conflitos familiares. Além disso, ao relacionar este assunto com dados levantados pelo Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre População em Situação Rua de 2012 Fraga(2011) mostra que, assim como mostrado acima, as principais causas para que a população em situação de rua vá para as ruas são os fatores esturrais e biográficos. A autora ainda faz uma conclusão importante a respeito da análise dos fatos explicando que eles podem estar relacionados entre si.

Segundo Fraga:

Estes fatores podem estar encadeados ou inter-relacionados, ou seja, um pode ser causa ou consequência do outro. Exemplificando, pode-se dizer que em alguns casos o rompimento ou fragilização dos vínculos familiares pode estar vinculado ao desemprego e/ou ao alcoolismo e uso de drogas, ou vice e versa. Estes fatores de forma isolada ou inter-relacionados podem conduzir o indivíduo a situação de rua. (FRAGA, 2011, p. 29)

A mesma Pesquisa sobre a população em situação de rua (2008), realizada em âmbito nacional, mostra a questão da renda destas pessoas onde diz que a maioria delas possui renda semanal de R\$20,00 a R\$80,00. Este fato caracteriza um nível de renda baixo, diria que até miserável, o que equivale em média entre 2,9% a 11,79% do salário mínimo atual estabelecido no Brasil. Vale ressaltar que estes valores foram dados semanalmente e que o valor do salário mínimo deste ano (2013) é mensal e foi estabelecido em R\$ 678,00.

Ainda percebe-se que a maior parte trabalha informalmente, correspondendo a 70,9% de pessoas em situação de rua que recebem remuneração ao exercer alguma atividade de trabalho e que 58,6% afirmam possuir uma profissão. O interessante ao analisar tais dados é perceber a diferença entre os que afirmam ter uma profissão (58,6%) e os que afirmam ter um trabalho informal. Ao analisar tais dados conseguimos entender que, para a população em situação de rua (e até para a sociedade), existe uma grande diferença entre estar trabalhando informalmente e possuir uma profissão.

A respeito disso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) diz que o “Trabalho informal é o trabalho sem vínculos ou benefícios fornecidos por uma empresa, sem carteira assinada, renda fixa e férias pagas” (retirado do site http://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho_informal). Ou seja, o trabalho informal é classificado

pela OIT como um trabalho em que tanto o empregador quanto o empregado não possuem vínculos empregatícios diretos. Dentre os exemplos de trabalho informal destacam-se: vendedores ambulantes, camelôs, feirantes guardadores e lavadores de carros. Já o trabalho formal se diferencia do trabalho informal, pois é o trabalho em que se possui um vínculo empregatício e que geralmente seus empregados possuem carteira assinada.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua traz que das atividades de trabalho e renda “destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5 %), flanelinha (14,1 %), construção civil (6,3 %), limpeza (4,2%) e carregador/ estivador (3,1%)” (Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 2008, p 10)

Percebe-se, com isso que, realmente os empregos adquiridos por essa parcela da população, são predominantemente do trabalho informal e que, com isso, muitos continuam a fazer parte de uma população que possui baixa renda. A maioria acaba vivendo em situação de vulnerabilidade e fazendo parte de uma posição marginalizada pela sociedade. Isso significa que, ao pensarmos em uma pirâmide econômica e social, a população em situação de rua ficaria além da base desta pirâmide, sendo posta assim, como uma parcela da população que está à margem da sociedade e desta pirâmide social, sendo incluída na escala da extrema pobreza.

Ainda sobre este assunto, o Caderno de Orientação Técnica sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado Para Pessoas em Situação de Rua destaca que

ao contrário da representação social mistificadora a respeito da população em situação de rua, apenas uma minoria (15 %) pede dinheiro nos espaços públicos como principal fonte de sobrevivência. Ou seja, não se trata de “mendigos” ou “pedintes”, mas sim de trabalhadores que têm alguma profissão, embora situados na economia informal. (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA(CENTRO POP E SOBRE O SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, 2011, P 21)

Uma questão interessante a respeito dos vínculos familiares estabelecidos entre a população em situação de rua e suas famílias e parentes, é que grande parte ainda possui estes vínculos, porém em alguns casos, tais vínculos estão rompidos ou fragilizados. Segundo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008), 51,9% possuem algum parente que reside na mesma cidade e 23,1% ainda mantêm contato com parentes que não vivem na cidade em que se encontram. Porém 29,3% consideram ter um relacionamento ruim ou péssimo com os parentes que vivem na mesma cidade e 31,9% não mantêm contato com os parentes que residem na mesma cidade. Com isso percebe-se que apesar de existir uma parcela desta população que possui vínculo sociofamiliar, uma parcela não possui este vínculo e que por isso a permanência nas ruas pode se tornar mais difícil.

2.2.2 A localização da população em situação de rua nos grandes centros urbanos

Este aspecto do fenômeno da população em situação de rua é antigo, Silva(2009) explica em seu livro que existem dois principais ainda refere sobre os motivos para que a população em situação de rua permaneça nos grandes centros urbanos. O primeiro deles é o fato de ocorrer nestes locais uma grande circulação do capital, o que facilita com que essa parcela da população sobreviva e se mantenha em seus locais de moradia.

O segundo motivo é o fato de que nos centros urbanos existe uma maior possibilidade de trabalho e renda, assim muitas pessoas que estão em situação de rua também a usam como meio de se ter uma geração de trabalho e, consequentemente, de renda. Em relação a isso, deve-se destacar que grande parte das pessoas que estão nesta situação utiliza a coleta de materiais recicláveis como forma de subsistência, se tornando uma situação cada vez mais crescente (SILVA, 2009, P 117.).

A Pesquisa Nacional sobre a população em Situação de Rua (2008) também traz aspectos importantes a respeito do que está se dizendo. Tal pesquisa mostra que 45,8% dos entrevistados sempre viveram no município em que moram atualmente e que 72% vieram de áreas urbanas, não caracterizando, assim, um movimento de migração do campo para as cidades e sim um movimento de deslocamento entre centros urbanos. E ainda, 45,3% que se deslocaram entre os centros urbanos tiveram como principal motivo a oportunidade de trabalho.

É importante destacar aqui que o que se percebe na teoria é mostrado através desta pesquisa que realmente ocorre na prática e como essa população que está em situação de rua se comporta perante este aspecto da permanência nos grandes centros urbanos.

Portanto, podemos caracterizar a população em situação de rua como um fenômeno tipicamente urbano. Isto ocorre pelo que já foi dito a respeito da questão do trabalho e renda e, além disso, por ser nas ruas o local de maior facilidade para atendimento de necessidades básicas de um indivíduo já que “as pessoas que fazem das ruas o seu espaço de moradia e sustento precisam assegurar o atendimento a suas necessidades naturais de alimentação, abrigo, higiene pessoal, saúde etc. E essas grandes cidades são adotadas de infraestrutura mais adequada para este atendimento” (SILVA, 2009, p 118).

Assim, a população em situação de rua prefere ir para os grandes centros urbanos, pois são nestes espaços que muitos conseguem garantir suas necessidades básicas e sua sobrevivência. É importante entender que espaços como albergues e abrigos institucionais são os locais onde estas pessoas buscam serviços para poder se assear e manter seus hábitos de higiene.

Percebe-se, portanto, que é através da reunião de todos estes fatores que o fenômeno da população em situação de rua é explicado como um fenômeno essencialmente urbano, onde “os municípios, pouco urbanizados não oferecem as possibilidades alternativas de abrigo e sustento oferecido pelos grandes centros urbanos” (Silva, 2009, p 119).

2.2.3 O preconceito e a marginalização atribuída como marca do valor de dignidade

Irei tratar aqui a respeito da questão do preconceito e da marginalização atribuída a essa parcela da população. É importante entender que essa questão sempre existiu contra a população em situação de rua. Pode-se constatar em diversas pesquisas que muitas pessoas que estão nesta situação se sentem humilhadas devido a situação em que se encontram. Reforçando uma identidade negativa da população em situação de rua.

Portanto, percebe-se que muitas vezes estes indivíduos são estigmatizados e responsabilizados pela situação em que se encontram. Porém muitas vezes isso não é verdade. Como já mostrado aqui, a população em situação de rua possui emprego, mesmo que informal, e renda, o que acontece é que muitas pessoas agem de forma diferenciada com essa parcela da população pelo fato de serem uma população em situação de rua, o que os estigmatiza como perigosas e violentas. Silva (2009) relata em seu livro que, muitas vezes, tais pessoas são tratadas na comunidade como ameaça e que isso acaba por despertar por parte da população nojo, medo e descaso à população em situação de rua.

Ao tratar das práticas higienistas, Silva(2009) consegue estabelecer uma relação direta deste fato com o preconceito gerado pela sociedade à população em situação de rua.

As práticas higienistas, direcionadas para camuflar o fenômeno, mediante massacres, extermínios ou recolhimento forçado destas pessoas das ruas, continuam presentes nos tempos atuais, nos grandes centros urbanos do País, até mesmo conduzidas por órgãos do Poder Público. Essas práticas são impregnadas de preconceitos e estigmatizam as pessoas a quem são dirigidas (Silva, 2009, p 120)

Outra questão que aparece ao pensarmos neste aspecto da população em situação de rua é que, muitas vezes, além de sofrer preconceito, são pessoas marginalizadas perante a sociedade. Quero dizer com isso que, não são só classificadas como marginais por grande parte da população, mas que grande parte está “a margem da sociedade” possuindo, assim, uma renda muito menor do que se é necessário para sobreviver. A respeito da marginalização que a população em situação de rua enfrenta, devemos entender que primeiramente o significado desta palavra, para depois relacioná-la com a população em situação de rua.

Para que possamos compreender melhor este conceito é importante saber que a palavra marginalização possui diversos significados e que seu conceito é dado de diversas formas, através de diversos autores. A marginalização é explicada, por exemplo, no dicionário como uma discriminação, um afastamento e a pessoa marginalizada como a que vive à margem da sociedade, “a bandida”, a desocupada”, “a discriminada”, “a afastada”.

Outro conceito dado à palavra e que a especifica é a marginalização social. Segundo Tavares, o autor Robert Park é um dos que faz referência a este conceito, interpretando-a tanto no plano individual quanto no plano coletivo. No plano individual, o conceito se aplica à

pessoa que pertence a duas culturas, ou aquele que se encontra à margem do contexto social sem participar das oportunidades e privilégios. Neste caso, o conceito de marginalização social tem relação direta com a população em situação de rua. Tavares ainda explica que o conceito de marginalização é utilizado em relação aquele sujeito que infringe a normas de conduta e aos princípios convencionalmente determinados pela sociedade, ou ao desajustamento psicológico caracterizado pela alienação.

Tavares também cita que o autor Lúcio Kovarick afirma que, na esfera social, o conceito de marginalidade tem sido interpretado por duas vertentes teóricas: a do modelo funcionalista, que se caracteriza pela falta de integração, e na dualidade entre as classes sociais, e a sociedade moderna e a marginal, que se opõem à sociedade integrada. Na esfera social, o conceito de marginalidade também se refere ao modelo de análise histórico - estrutural, que entende a marginalidade como resultado da própria estrutura vigente na sociedade, e é concebida como um fenômeno que se deriva de um tipo particular de inserção na estrutura social. Nessa análise, a estrutura econômica e social se torna excludente, quando a industrialização gera ocupações que possuem um caráter marginal, auferindo uma remuneração financeira mínima aos trabalhadores.

Ainda de acordo com Tavares, outro autor que fala sobre o tema da marginalização social é Anibal Quijano, que a associa com o modo de produção capitalista. O autor foca a análise do fenômeno da marginalização social nesta categoria, explicando com isso o que foi dito anteriormente a respeito da estigmatização da população em situação de rua pelo fato de não gerar força de trabalho. A categoria “ordem social” também é discutida por ele, para ele a ordem social independe da condição social do indivíduo que se encontra em situação de marginalidade. Entretanto, ao inserir a categoria de marginalização social no interior das relações produtivas, o Anibal demonstra que esta categoria não depende da condição de subdesenvolvimento.

Ao falarmos em marginalização devemos esclarecer-nos também sobre o que significa exclusão para que possamos construir pontes relacionais entre os dois conceitos. Antes de entendermos este aspecto devemos entender o conceito de exclusão social. A exclusão social pode ser encarada como um processo sócio histórico caracterizado pelo recalçamento de grupos sociais ou pessoas, em todas as instâncias da vida social, com profundo impacto na pessoa humana, em sua individualidade. Outro conceito de exclusão social aplicável à realidade de uma sociedade capitalista como a nossa, é que excluídos são todos e todas que não participam dos mercados de bens materiais ou culturais. A exclusão é parte integrante do sistema social, produto de seu funcionamento; assim, sempre haverá, mesmo teoricamente, pessoas ou grupos sofrendo do processo de exclusão. Portanto, os conceitos de marginalização e de exclusão estão intrinsecamente ligados.

Portanto, a palavra marginalização continua a ser utilizada para expressar o processo pelo qual passam, determinados grupos jovens em busca de trabalho, indivíduos situados abaixo da linha da pobreza, outros grupos que foram de alguma forma excluídos dos processos sociais, econômicos e culturais de desenvolvimento, afastados do centro nervoso das chamadas “realizações” e “conquistas” e principalmente pela população em situação de rua.

Na América Latina, o conceito da marginalização surgiu nos anos de 1950 para indicar os habitantes das favelas, das colônias e dos pequenos ranchos, resultantes das migrações

massivas, em direção às grandes cidades em busca de melhores condições de vida. Estes marginalizados não escolheram a sua marginalização, não são “marginais” por opção, ou por terem cometido algum tipo de crime, dado que constitui uma maioria crescente da população, que nem participaram da economia central e formal, nem sequer existem muitas esperanças relativamente à sua possível inserção em curto prazo nas condutas culturais, sociais e econômicas dominantes. É uma consequência da crescente dependência interna e externa e da voracidade do sistema capitalista, e acabam por desencadear um aumento do setor informal, da população em situação de rua, da favelização, da criminalidade dentre outros problemas sociais relacionados à falta de oportunidades, de inserção no mundo do trabalho etc. Este conceito foi elaborado na década de 1970, no seio da Organização Internacional do Trabalho. Até certo ponto, a revalorização posterior deste setor informal deslocou a categoria marginalização, que até então era diretamente relacionada a um olhar depreciativo do poder para um “local” mais “flexível”.

No final dos anos de 1970 e início dos de 1980 (a década perdida economicamente), aqueles que viviam à margem desapareceram das páginas dos jornais e das preocupações da ordem pública, enquanto que, ao mesmo tempo, aumentaram as capas com aqueles que iam sendo vítimas das consequências da crise econômica e, muito especialmente, da remodelação do mercado de trabalho. Isto afetou populações que nunca haviam pensado ser afetadas pela precariedade.

Talvez as figuras mais representativas do que se chamou de "nova pobreza", que eram os trabalhadores qualificados expulsos do seu trabalho devido às reconversões industriais e às alterações tecnológicas; alguns pequenos empresários, comerciantes, artesãos e profissionais sem possibilidade de adaptação; pessoas, especialmente mulheres, que tendo responsabilidades familiares não podiam obter trabalho ou que o perderam; pessoas que se endividam para além das suas posses. Não se tratou de indivíduos inconformistas como no caso da concepção europeia; ou inaptos para o trabalho e sem relações sociais; são, sim, pessoas com dificuldades relacionadas com o emprego e com os seus rendimentos, com as mudanças no sistema capitalista neoliberal que difundiu a criação de um enorme exército de reserva para assim ocorrer o enfraquecimento dos sindicatos e a consequente queda dos valores salariais, no caso brasileiro a situação ainda é muito pior, pois se trata de um país de capitalismo periférico, modernização tardia e onde ocorreram tentativas de adequação e/ou acompanhamento de países capitalistas desenvolvidos.

Na realidade, esta perspectiva da nova pobreza foi submetida à duras críticas por parte dos que lhe atribuíam uma utilização política, um desvio em relação à pobreza estrutural e permanente, um disfarce de origem neoliberal, com um regresso às práticas de assistência social de tipo individual e que acabou por ser rapidamente ultrapassada pelo conceito de exclusão.

É importante destacar que a classe social que temos como referência está muito abaixo da linha da pobreza, se enquadrando segundo um diagrama da estratificação social Latina América apresentado por Darcy Ribeiro (1978) numa posição de marginalizada. Essa estratificação social enquadra a classe de marginais como pessoas sem vínculos formais de trabalho e as classificam como: trabalhadores estacionais, recollecções, prostitutas, mendigos, biscateiros, volantes e delinquentes. Ribeiro ainda mostra em seu texto que essa camada está na base de uma pirâmide representada através das classes sociais e seus níveis de renda. Portanto, o

autor nos traz também um conceito importante da marginalização e que se relaciona diretamente com a população em situação de rua.

Um aspecto interessante relatado por Ribeiro é que entre essa classe social homens, mulheres e crianças vivem tentando obter recursos para atender suas permanentes necessidades cotidianas e que além da fome e das necessidades básicas, outros três flagelos passam por essas pessoas. Esses três flagelos são: a promiscuidade, a violência e o vício. A promiscuidade é dada de forma inevitável onde exista uma sexualidade desagregada e prematura e é tratada de forma imoral e não ética, mas que em muitos casos precisa acontecer para a sobrevivência dessa classe. A violência está sempre presente no cotidiano dessas pessoas e geralmente provem em primeiro lugar dos agentes de ordem pública e dos conflitos entre eles próprios. O vício é representado principalmente pelo alcoolismo e pelas drogas sendo considerado como uma forma de fuga e protesto que a classe marginalizada e, principalmente a população em situação de rua, encontram contra sua existência desesperante.

Apesar desses flagelos, os vínculos que unem mães e filhos e pessoas da mesma família persistem, tais vínculos são criados em meio a uma solidariedade essencial que ameniza o convívio e propicia ajuda mutua principalmente quando falamos de sobrevivência. Neste sentido também permanece a esperança de que o amanhã será melhor do que o hoje e o ontem. Ainda que a miserabilidade extrema seja a condição existente das massas marginalizadas, também nelas se observa certa estratificação de rendas. Assim, nas aglomerações de marginalizados pôde se ver com frequência algumas pessoas com padrões de consumo um pouco mais altos. Isso se explica pela hierarquização interna e por outros fatores como os resultados da própria anatomia em que estas pessoas estão submetidas. Estes contrastes confirmam o estereótipo das camadas marginalizadas, tida como redutos de criminosos, prostitutas, ladrões e vadios.

É importante refletirmos também a respeito deste assunto tomando como base uma citação de Darcy Ribeiro sobre a participação política dessa camada marginalizada. Segundo o autor

As disparidades não poderiam ser maiores, sobretudo entre as situações de vida de uma pequena minoria super privilegiada e a imensa maioria marginalizada. É evidente que tais desigualdades só podem ser mantidas porque foram geradas historicamente pelo sistema, tendo a capacidade de persistência peculiar dos produtos históricos. E, sobretudo, por que os setores deserdados estão estritamente subordinados a uma estrutura social compulsória que mantém incólume a estrutura social (RIBEIRO, 1978, p 70)

Por último, devemos entender que a relação das palavras: preconceito, discriminação e marginalização. Ao se tratar do tema da população em situação de rua, diria que tais palavras podem ter um significado semelhante, já que todas mostram o quanto essa parcela da população é estigmatizada e tratada de forma diferente pela sociedade. Em relação a discriminação que a população em situação de rua sofre, a Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua (2008, p13) mostra que uma das formas de se discriminar a população em situação de rua é impedindo-as de entrar em locais como bancos, shoppings e

estabelecimentos comerciais

A partir do que foi conceituado como marginalização e das diferentes percepções e conceitos a respeito deste tema, podemos relacioná-lo de forma mais direta com o conceito de população em situação de rua propriamente dito. Partiremos deste início para obter uma aproximação mais profunda entre os temas. Irei tratar de forma mais profunda no próximo capítulo, onde falarei do conceito de população em situação de rua e a sua relação com as políticas sociais.

2.2.4 As particularidades vinculadas ao território em que se manifesta

A questão da territorialidade foi discutida anteriormente neste trabalho quando fiz a caracterização da população em situação de rua, por isso não irei me aprofundar ao falar deste aspecto. Apesar disso, é importante entendermos que o território em que a população em situação de rua se apresenta possui particularidades e que tais particularidades estão muito vinculadas ao modo de vida em que eles vivem. Com isso, pode-se dizer que “são particularidades decorrentes dos hábitos, dos valores e das características socioeconômica, culturais e geográficas predominantes no território” (Silva, 2009, p 121).

É importante salientar como essa questão da territorialidade se reflete em outros aspectos como o tempo de permanência nas ruas, o perfil socioeconômico da população em situação de rua e suas estratégias de sobrevivência. Cabe destacar que tais aspectos já foram explicados anteriormente.

Ao se tratar do território e sua relação com a população em situação de rua, muitas vezes pensamos em como essas pessoas lidam com isso. A territorialidade se apresenta muitas vezes vinculada a variações climáticas e as particularidades de cada região do país, com isso, a população em situação de rua acaba por se adequar a essas particularidades. Silva (2009, p 121) fala que essas particularidades podem ser percebidas no inverno do sul e sudeste brasileiro, segundo a autora é nessa época que muitos se recolhem a albergues e outros espaços ou até mesmo para outras cidades e regiões. Assim, a população em situação de rua utiliza destes meios para poder se proteger do frio determinante em épocas e territórios específicos.

Outro autor que trata dessa questão específica da territorialidade é Valêncio, segundo o autor essa questão se agrava quando ocorrem fenômenos climáticos, como chuvas e geadas

Se, por exemplo, a população de rua se apropria das marquises do comércio fechado, à noite, para a função de dormir, o alagamento daquele local pode impedi-lo de ali descansar. Se há tolerância circunstancial do meio para que lá se abrigue à noite, durante o horário comercial (de dia) a tolerância já não existe e, em dias chuvosos, o morador se vê obrigado então a perambular, molhando a si e aos seus escassos pertences, agravando o seu estado de saúde, no geral, debilitado. (Valêncio, 2008, p 33)

A respeito dos espaços urbanos, Silva cita a autora Sarah Escorel onde explica que para ela, são os espaços urbanos que interferem na formação de grupos diferentes no que se refere as ruas e que tais formações vão desde tipos do agrupamento destas pessoas até as atividades realizadas por elas. Outra questão que deve ser levantada é que “os moradores de rua marcam o tecido urbano” (Silva, 2009, p 121). Podemos concluir com isso que, mesmo sendo uma parcela da população que aos olhos da sociedade são praticamente invisíveis, a população em situação de rua ainda possui uma forma marcante de aparecer nos espaços urbanos. Portanto, o aspecto da territorialidade é um dos aspectos mais importantes ao se falar da população em situação de rua, já que é através da relação com essa territorialidade que outras questões aparecem.

2.2.5 A tendência de naturalizar o fenômeno

Este aspecto é muito característico ao se falar da população em situação de rua e se apresenta de forma acentuada na realidade de nosso país. Podemos perceber isso pelo fato de que, atualmente, existem poucas bibliografias e documentos escritos sobre essa categoria ao se comparar com a gravidade deste fenômeno na conjuntura nacional. Além disso, existem insuficientes dados e informações científicas sobre o fenômeno da população em situação de rua. Assim como uma “inexistência de políticas sociais universalizantes, capazes de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais na perspectiva de ampliar a cidadania, de garantir cobertura às pessoas que se encontram em situação de rua” (SILVA, 2009, p 122)

Fraga (2011) faz uma reflexão a respeito do que a autora Lopes da Silva diz a respeito deste assunto onde “segundo a autora o fenômeno não é visto como consequência da forma da estruturação da sociedade capitalista e sim como um processo natural. Essa naturalização leva a culpabilização do sujeito pela situação em que se encontra” (FRAGA, 2011, p 35)

Porém, percebe-se nos últimos anos em nosso país um crescimento em relação ao estudo e atenção aos problemas da população em situação de rua. Podemos sinalizar como exemplos disso, a própria Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de rua, explicada no capítulo anterior, e algumas normativas que regem a atenção a essa parcela da população. Segundo o site do MDS, essas normativas são a Política Nacional de Assistência Social, a Lei nº 11.258/2005, o Decreto s/nº/2006, a Portaria MDS nº 381/2006, a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, o Decreto nº 7.053/2009, a Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social- SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC Nº 07/2010, a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite e a Portaria Nº 843/2010.

A Política Nacional de Assistência Social foi implementada em 2004 e reconheceu que é necessária uma atenção maior a população em situação de rua diante do SUAS, principalmente no que se refere a Proteção Social Especial. A Lei nº 11.258 foi implementada

em 2005 e inclui em um dos Artigos da LOAS o privilégio da criação de programas destinados às pessoas em situação de rua no que diz respeito aos serviços da Assistência Social.

O Decreto 7053/2009 foi instituído em 25 de Outubro de 2006 e propõe políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, vale destacar a importância deste decreto nas reflexões deste trabalho, pois foi através dela que essas pessoas começaram a ter uma maior visibilidade para a sociedade e espaço nas políticas públicas e sociais.

A Portaria MDS nº 381 foi implementada pelo MDS em 12 de Dezembro de 2006 e garantiu recursos do cofinanciamento para municípios que possuísem mais de 30 mil pessoas em situação de rua, o que visou uma maior oferta de serviços de acolhimento para essa parcela da população. A Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS nº 109 foi implementada em 11 de novembro de 2009, onde tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional onde destaco os serviços destinados a população em situação de rua na Proteção Social Especial(PSE).

A Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social- SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC Nº 07/2010 reúne as orientações ao Distrito Federal e municípios para incluir as pessoas em situação de rua, no Cadastro Único, este fato também é de grande relevância, pois mostra como a população em situação de rua está entrando nas políticas sociais e públicas do país. A Resolução da Comissão Inter gestores Tripartite foi implementada em Junho de 2010 e destinou pela primeira vez os recursos do cofinanciamento federal para a população em situação de rua. A Portaria Nº 843 foi implementada em 2001 e dispõe piso fixo para o financiamento federal dos serviços socioassistenciais oferecidos pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social. Por último, a Lei 7.053/2009 foi implementada em 23 de Dezembro de 2009 e instituiu a Política Nacional para a População em Situação de rua, cabe destacar que esta política já foi explicada acima.

Com isso, Silva (2009) caracteriza os seis aspectos do fenômeno da população em situação de rua. Assim podemos concluir que a situação de rua possui um caráter heterogêneo e que vincula-se à estrutura da sociedade capitalista, sendo considerada uma expressão da questão social. Também pode-se dizer que a população em situação de rua é uma parcela da população muito estigmatizada e que enfrenta um preconceito moral diante da sociedade, além disso, existe uma tendência em se naturalizar este fenômeno tornando com isso uma coisa natural para a sociedade é ver a população em situação de rua vivendo e morando em locais impróprios para moradia.

Todas estas questões foram explicadas no decorrer deste capítulo. Contudo faz-se necessário articular o que foi dito sobre a população em situação de rua e as políticas sociais, assim, entenderemos qual a relação destas duas categorias e poderemos fazer uma reflexão a respeito delas no próximo capítulo.

2.3 . A RELAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

Este último capítulo será uma síntese das leituras a respeito do tema proposto, faz-se necessário primeiramente retomar os conceitos adotados neste trabalho de política social e sobre o surgimento da população em situação de rua, para que depois possamos relacionar essas duas categorias com maior propriedade.

Após retomar tais conceitos, irei tratar um pouco do modo como esse segmento populacional luta pela defesa dos seus direitos. Em relação a este último, destaco o Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, que vem sendo construído no último decênio e possui uma relação direta com a luta por direitos. O Movimento Nacional da População de Rua será melhor discutido no próximo tópico, onde termino esta relação entre as políticas sociais e a população em situação de rua.

Já em relação ao sujeitos deste processo, destaco que no decorrer deste trabalho apresento os seis aspectos caracterizados por Silva (2009) de como a população em situação de rua é vista na atualidade. Percebe-se, com isso que a população em situação de rua ainda é naturalizada e tratada pela sociedade de forma marginalizada e preconceituosa. Já em relação as políticas sociais voltadas para este segmento populacional, nota-se que mesmo com alguns avanços neste sentido, as ações existentes em nosso país para que se haja uma melhoria na qualidade de vida e para que os direitos dessas pessoas realmente sejam adquiridos são insuficientes e até mesmo discrepantes em relação a outros segmentos populacionais do nosso país.

Outras questões importantes de pensarmos nestes aspectos da população em situação de rua é a sua ligação com o sistema capitalista. Portanto, antes de retomar o conceito de política social, é importante compreendermos que o fenômeno da população em situação de rua se relaciona diretamente com a sociedade capitalista e com a pobreza e desigualdade determinada por ela. O surgimento do fenômeno da população em situação de rua se dá a partir do que o sistema capitalista propôs para a sociedade no início do século XIX, onde existia (e ainda existe) uma divisão social de classes muito clara (o proletariado e os detentores de capital). Além disso, foi com o desenvolvimento do capitalismo e da revolução industrial que a população em situação de rua começa a ser estabelecida.

O surgimento da população em situação de rua foi bastante discutido no capítulo anterior, onde faço um resgate histórico sobre esse fato. Porém, cabe aqui retomarmos de forma breve o que foi dito anteriormente sobre o assunto. Além disso, é através dessa retomada no entendimento que iremos compreender a importância de se relacionar a população em situação de rua com o sistema capitalista.

Portanto, é na sociedade capitalista que as desigualdades econômicas e sociais são determinadas. Isso se dá devido a estrutura social em que o capitalismo se sustenta, onde é clara a divisão antagônica entre detentores de capital e dos meios de produção e de detentores da força de trabalho, o proletariado. Nesta perspectiva, percebe-se que os detentores de

produção se apropriam da riqueza socialmente produzida e controlam o trabalho. Em sentido contrário, os detentores da força de trabalho sobrevivem e conseguem se reproduzir justamente pela venda de sua força de trabalho para os detentores de capital. Portanto, é através desse processo que as desigualdades sociais e a pobreza se fortalecem e fixam suas raízes. (Silva, 2009, p. 173)

Também faz-se necessário estabelecer aqui a relação do capitalismo com as políticas sociais para que, assim, possa se entender a consequente relação das políticas sociais com a população em situação de rua. Neste sentido, faz-se um questionamento a respeito da função das políticas sociais no capitalismo. Silva (2009) traz uma contribuição muito enriquecedora a respeito da relação entre estas duas categorias, explicando que o Estado Liberal nega as políticas universais e usa da igualdade de oportunidades como forma de justificar os erros e acertos da não aplicação de políticas como estas, tornando essas políticas mais seletivas e residuais.

Além disso, deve-se ressaltar que é essa visão de aplicação das políticas prevalecente em nosso país. Em sentido contrário, Silva resalta que “existe uma posição de cunho marxista que analisa as políticas sociais pelo seu caráter contraditório capaz de atender às demandas do capital e do trabalho por serem determinadas pelas lutas de classe” (2009 apud Faleiros, 2000, Coutinho, 1997). Assim, as políticas sociais possuem como função a materialidade dos direitos sociais, o que levaria a uma maior redistribuição da riqueza socialmente produzida que é adquirida apenas pelos detentores de capital no sistema capitalista. Contudo, cabe ressaltar que esse processo não é suficiente para acabar com as estruturas de classes e as desigualdades sociais impostas pelo capitalismo. A respeito disso, Silva ainda relata que:

Mesmo não sendo capazes de eliminar as desigualdades sociais e assegurar a realização da cidadania plena- o que só será possível numa sociedade socialista-, as políticas sociais, quando reconhecidas legalmente e implementadas como direitos, numa perspectiva universalizam-te, possibilitam avançar na direção da igualdade de posições. (SILVA, 2009, p 174)

Portanto, pode-se dizer que é através das políticas sociais que as desigualdades sociais podem ser reduzidas em busca de igualdade de condições entre os indivíduos. Porém isso só é possível na condição de se existir luta de classes. Após entendermos essa relação das políticas sociais com o sistema capitalista, irei retomar o conceito de política social e a distinção entre política social e pública adotadas neste trabalho.

Começarei retomando o conceito de política social adotado neste trabalho, sendo necessário lembrar aqui que conceituei a categoria política social de acordo com o livro de Potyara Pereira, Política Social Temas & Questões, onde a autora trata da política social como o produto de uma relação dialética entre capital e trabalho, estrutura e história, Estado e sociedade. Além de falar que a política social é um conceito complexo, não linear, contraditório e focalizado.

Potyara ainda relata em seu livro que o conceito e definição de política social nem

sempre é muito claro, pois existem várias definições e autores que tentam compreendê-la. Isso se dá pelo fato da política social não ser neutra e que por trás de cada definição adotada existem ideologias e perspectivas teóricas diferentes e que competem entre si. Além disso, trata-se de uma categoria de construção prática e teórica, política e acadêmica ao mesmo tempo.

É importante entendermos também que a política social está disposta a agir para mudar a realidade e pode ter conceitos e vocábulos próprios. Também possui uma identidade própria e está relacionada a outros conteúdos políticos, se tornando uma política de ação que tem o objetivo de atender as necessidades sociais da população como um todo. Além disso, cabe ressaltar que a política social está diretamente relacionada à política, ao Estado, aos governos e aos movimentos sociais. Sendo, portanto, um tipo de política pública e que demanda participação ativa do Estado na execução e planejamento das ações voltadas para as necessidades sociais do país.

Por último, devemos retomar a diferença entre política social e pública para que se tenha uma melhor compreensão do conceito em questão. Portanto, a política pública é considerada mais ampla e trata-se de uma política de reconhecimento dos direitos da população. Já a política social é menos ampla e vista como uma forma de reafirmação dos interesses do Estado.

Uma análise sobre as políticas sociais brasileiras mostram que mesmo com a promulgação da Constituição de 1988, tais políticas ainda continuam marcadas pela lógica neoliberal e não universalizante. Tudo isso reflete sobre como as políticas sociais são dotadas para a população em situação de rua. É certo que avanços quanto a essa população e as políticas sociais tem ocorridos nos últimos anos em nosso país, como por exemplo, a promulgação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua e de decretos como o 7.053/2009, porém percebe-se que tais avanços ainda são poucos e insuficientes. Outra questão que deve ser levantada aqui, é que essas restrições de acesso da população em situação de rua se dão em sua grande maioria em outras políticas que não só a da assistência social.

Um aspecto interessante a respeito disso é quando analisamos os aspectos restritivos das políticas sociais no Brasil quanto à população em situação de rua. Silva (2009) explica esse fato ao dizer que esses aspectos restritivos se dão em confronto com as características e perfis dessa população e destaca a questão as “exigências formais” como determinantes da participação em programas integrantes das políticas sociais.

Tais exigências acabam restringindo o acesso a estes programas para a população em situação de rua. Para que se tenha acesso aos programas é necessário se ter documentos de identificação pessoal e endereço domiciliar, porém muitas pessoas que estão em situação de rua não possuem essas coisas e por isso, acabam não tendo acesso aos programas e consequentemente as políticas sociais. Segundo Silva:

A esses entraves “burocráticos” de acesso as políticas sociais pela população em situação de rua somam-se: a falta de articulação entre as políticas sociais, as metodologias inadequadas dos programas, a falta de habilidade e capacitação dos

servidores público para lidarem com esse grupo populacional, além dos preconceitos sociais que estigmatizam essas pessoas como “vagabundos”, “desordeiros”, “preguiçosos” e “bandidos”, fazendo com que sejam consideradas não mercadorias do acesso aos direitos sociais. (Silva, 2009, p 176)

Percebe-se que, na realidade, as “exigências formais” das políticas sociais acabam por materializar uma seletividade para tais políticas. Assim, não são todos os que podem participar das políticas sociais. Com isso, a população em situação de rua também sofre desta seletividade, não tendo acesso aos serviços das políticas sociais e sendo totalmente excluídas deles. Em relação a isso, devemos pensar também em como o Estado pode ser o responsável por estas questões sendo incapaz de garantir o acesso das pessoas aos serviços oferecidos pelas políticas sociais. Ainda a respeito da relação entre a população em situação de rua e as políticas sociais, Silva relata que:

A relação da população em situação de rua com as políticas sociais é uma relação de cobertura ínfima, de quase completa exclusão. Não existem políticas sociais no País, na esfera federal, capazes de alcança-los como grupo populacional. Os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva dessas políticas são o principal fator do não alcance à população em situação de rua. (Silva, 2009, p 186)

Por último, irei falar brevemente do Movimento Nacional da População de Rua(MNPR) par que possamos perceber como realmente as políticas sociais não funcionam como deveriam em nosso país, sendo necessário que a própria população lute por seus direitos enquanto cidadãos.

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) é um movimento social formado por pessoas em situação e trajetória de rua, que se organizam e lutam por direitos, políticas públicas e sociedade igualitária e justa. O Movimento surgiu depois de uma chacina na Praça da Sé em São Paulo, onde sete pessoas foram brutalmente assassinadas. Após a chacina e outros atos de violência contra esse mesmo tipo de pessoas, a população em situação de rua passou a se organizar e mobilizar para a luta pelos seus direitos. Assim, em setembro de 2005 e durante o IV Festival do Lixo em Belo Horizonte, foi lançado o Movimento Nacional da População de Rua. Tal movimento é composto atualmente por representantes de Estados no país inteiro como em Belo Horizonte, São Paulo, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador.

Os princípios adotados pelo Movimento giram em torno da “democracia direta, ação direta, ser apartidário, apoio mútuo interno, solidariedade com as causas sociais, não violência, honestidade e transparência, compromisso pessoal, igualdade, justiça e controle social”. O movimento luta contra toda forma de preconceito, discriminação social, violação de direitos e da dignidade das pessoas em situação de rua, pela apuração dos crimes e violações de direito da população em situação de rua, pela garantia de Programas de Habitação de Interesse Social e política de Locação Social em áreas centrais das cidades, pela garantia do acesso ao SUS e ampliação de atendimentos à Saúde Mental, pelo incentivo às formas de economia solidária e

atividades cooperativas e associadas de trabalho e pela inclusão do tema, população em situação de rua no contexto dos direitos humanos em currículos escolares

Com isso, percebe-se que ainda há muito o que se fazer para a melhoria de vida da população em situação de rua e que realmente as políticas sociais ainda estão muito a baixo do que se espera em relação a esse segmento populacional. Além disso, percebe-se que as políticas sociais no Brasil precisam ser mais articuladas, não só em relação a população em situação de rua mas ao se tratar da população como um todo, para que assim sejam mais eficazes.

3.1 A RELAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COM AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NA ATUALIDADE.

A partir do exposto acima, podemos perceber que realmente existe uma relação da população em situação de rua com as políticas sociais brasileiras na atualidade. Porém tal relação nem sempre é favorável a população em situação de rua. Percebe-se que realmente existem avanços quanto a isso, mas que tais avanços não foram e nem serão suficientes se estiverem apenas nas leis e normativas a respeito do assunto. É necessário portanto que não só os profissionais que trabalham com este segmento sejam engajados e lutem para que realmente algo mude em relação à vida da população em situação de rua, mas que a própria população em situação de rua lute e continue a lutar pelos seus direitos. Cabe lembrar aqui que isso já vem ocorrendo com o Movimento Nacional da População de Rua, movimento muito forte de luta para inclusão e garantia de “direitos, políticas públicas e sociedade igualitária e justa” dessa parte da população na nossa sociedade (CARTILHA SOBRE O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA)

Tal fato mostra de forma muito clara um aspecto importantes para que haja uma real mudança: a luta e resistência do “povo contra o povo”. Tal Movimento é marcado por uma luta de pessoas que possuíam uma inquietação em relação a população em situação de rua e que desencadeou nesta belíssima “marcha dos astros” no Brasil. Assim, como diz a própria cartilha sobre o MNPR, “Ser movimento é não estar parado. Ser movimento é querer uma sociedade mais justa e solidária. Ser movimento é acreditar na capacidade dos companheiros. Ser movimento é companheirismo. Ser movimento é à força do coletivo” (CARTILHA SOBRE O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA)

Este aspecto é muito importante, pois mostra que os integrantes deste processo realmente o consideram como um movimento, de forma organizada e a fim de um objetivo comum. A respeito da importância da caracterização de tal fato como um movimento para a população em situação de rua, deve-se pensar que só existe um movimento quando há sujeitos coletivos e de conflitos e interesses comuns. O site Infopédia mostra este aspecto muito bem, onde diz que “o conceito de movimento social “pressupõe o debate em torno da ação coletiva e dos modelos explicativos da mesma (ou da sua ausência)”. Em relação a isso, devemos pensar como é importante a presença de um Assistente Social neste processo, onde muitas vezes é este profissional que irá conscientizar e informar o sujeito de seus direitos perante a sociedade.

Cabe destacar que o Art. 5 que regulamenta a profissão do Assistente Social determina

como atribuição da profissão, prestar apoio e assessoria aos Movimentos Sociais. Porém, nem sempre um movimento social precisa ter um assistente social para poder ter uma organização político-organizativa ou se tornar um sujeito coletivo. Em relação a isso, Reis destaca que

O Movimento Nacional da População de Rua é um bom exemplo, pois que se formou pela mobilização das próprias pessoas em situação de rua, como pode ser observado no primeiro capítulo deste trabalho. O que se destaca é que o trabalho junto aos movimentos sociais, sejam estes já constituídos ou não, é um campo muito amplo e rico, no qual o assistente social pode desenvolver seu trabalho profissional no sentido de potencializar as ações e fortalecer os sujeitos organizados. (REIS, 2011, P 76)

Muitas coisas descritas aqui mostraram como a população em situação de rua ainda está fragilizada e ainda possui pouca visibilidade social. Porém, percebe-se que as coisas estão mudando, tal fato pode ser comprovado com a promulgação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua e com o crescente Movimento Nacional da População de Rua no Brasil demonstrado acima.

Cabe destacar a importância da Política Nacional citada anteriormente por conseguir um grande avanço quanto a inclusão social da população em situação de rua, além disso mostra que essa parcela da população deve ser vista com outros olhares e realmente necessita de assistência. Também percebe-se que, além da inclusão de políticas voltadas para essa área, muitos textos e pesquisas acadêmicas foram feitos nos últimos anos sobre a população em situação de rua. Porém, cabe destacar, que ainda temos muito o que melhorar quanto a este aspecto.

Em relação à Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, devemos lembrar que foi ela a responsável pela orientação, construção e execução das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua.

A construção de tal política é um grande avanço em relação a população em situação de rua, assim como, a implementação das Leis 11.258 de 2005 que inclui um parágrafo único do Art., 23 da LOAS e o Decreto nº 7.053/2009 que instituiu a Política Nacional para a população em Situação de Rua. Porém ainda é preciso que haja outras mudanças para que realmente tal política seja executada da forma como foi posta em lei.

É através da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua que se tenta estabelecer diretrizes e rumos para que a população em situação de rua possa voltar a ter um vínculo familiar e afetivo perdidos anteriormente, assim como o acesso a direitos e oportunidades que são garantia de todo cidadão. Com isso percebe-se a relação direta entre tal política com a tipificação dos Serviços de Alta Complexidade do CREAS, já que tal proteção é destinada ao acolhimento a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do seu núcleo familiar e/ou afetivo.

A respeito do acolhimento necessário contidos nestas tipificações dos serviços, percebe-se que além dos acolhimentos para pessoas adultas que estão em situação de rua, deve-se investir em Abrigos e Casas de Acolhimentos para crianças e adolescentes que estão em situação de risco e vulnerabilidade social. Muitas destas crianças acabam permanecendo algum tempo nas ruas, seja por motivo de fuga ou por se sentirem atraídas pelas ruas. Nestes casos estes tipos de instituições são fundamentais para que haja uma mudança em relação a isso.

Percebe-se com o que foi relatado e descrito no decorrer deste trabalho que realmente a população em situação de rua está em um momento em que as políticas sociais passam a dar uma maior assistência e visibilidade para ela. Porém, muitas coisas ainda precisam melhorar e serem estabelecidas. Cabe destacar que este processo está em construção e que ainda é muito recente. Em relação as políticas sociais e públicas, percebe-se que o que parece é que se tivermos uma boa política tudo irá acontecer da forma certa e bastará atender o individual. Porém essa política é muito mais complexa e para que ela funcione teríamos que levar em conta as determinações e características da população em situação de rua tratadas por Silva. Conclui-se que não são problemas apenas individuais e sim relacionados com a própria fragmentação e desarticulação de tais políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de todos os apontamentos e reflexões feitas a respeito do tema, pode-se perceber que a política social está relacionada com a população em situação de rua, mas que tal fato ainda é muito recente e precisa ser aprimorado. Com isso pude demonstrar e indicar que existem alguns pontos dentro dessa política que não correspondem com a realidade, como por exemplo: a falta de uma proteção à esse segmento populacional e a permanência de políticas focalizadas quanto a população em situação de rua.

Para que meus questionamentos fossem respondidos, foi feito neste trabalho uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, leis e normativas a respeito da população em situação de rua. Porém indico como sugestão para que este trabalho possa ter continuidade, uma pesquisa qualitativa em documentos e através de aplicação e análise de questionários com funcionários da rede (principalmente Psicólogos e Assistentes Sociais).

Além disso, coloco como sugestão a inclusão deste tema como disciplina optativa ou ainda obrigatória no Currículo do Curso de Serviço Social, assim mais pessoas iriam entender e se interessar sobre a população em situação de rua. Sendo mais um opção de escolha em trabalhos e artigos acadêmicos, já que este tema é relativamente recente e de pouca produção textual nas Universidades e Academias.

Diante do exposto, coloco como necessário para melhor execução das políticas sociais e públicas voltadas para a população em situação de rua, que as políticas sociais sejam menos focalizadas e consigam se entregar e serem menos setorializadas. Destaca-se aqui a questão das redes e suas articulações, já que este fato é de extrema importância quando pensamos na população em situação de rua. Ao pensarmos nisso, devemos lembrar que, em alguns casos, estas redes funcionam, mas o problema acaba sendo individual.

Como já destaquei anteriormente, acho de extrema importância se investir em entidades governamentais ou não, que trabalhem com crianças e adolescentes nesta situação. Já que são essas crianças que, caso não se faça nada a respeito, irão continuar em situação de rua ou simplesmente nas ruas por um tempo. Vejo a importância de um investimento quanto a isso pelo fato de ser uma medida necessária e de pensamento no futuro. Tudo isso não iria adiantar

se só investíssemos na Política de Assistência, por esse motivo também acredito que seja necessário um investimento em conjunto entre a Assistência, a Saúde, a Educação e o Esporte.

Assim, acredito que muitas crianças e adolescentes teriam a oportunidade e a possibilidade de fazer uma escolha entre estar nas ruas aprendendo em alguns casos coisas desnecessárias e estar em um local que lhe traria e traz grandes possibilidades para o futuro.

A respeito disso, deixo como possibilidade de futuros estudos uma proposta de pesquisa onde as crianças e adolescentes seriam entrevistados e analisados. Assim poderíamos entender o real motivo das ruas serem tão atraentes, mesmo com suas qualidades e efeitos.

Portanto, ao tentar responder os questionamentos feitos no decorrer deste trabalho pude me debruçar nestas respostas e, além disso, chego à conclusão de que pode existir sim uma solução para que a população em situação de rua realmente consiga sair dela. Porém essa situação só seria possível com a ajuda de todos, desde a própria população em situação de rua até o Governo, e com a necessidade de uma articulação e execução plena das políticas sociais. Também é de extrema importância ao tratar sobre este assunto o investimento em outras políticas como: as da Educação e Saúde. Além disso, deve-se investir na população jovem de nosso país pois além de ser em sua maioria mais fácil de mudar a opinião, é o futuro de nossa nação.

Caso fosse possível fortalecer e executar de forma plena as políticas sociais, teríamos apenas que tentar solucionar a questão individual dita acima, destaco que acredito que se investindo em tudo isso que disse anteriormente, tais problemas individuais iriam ser amenizados e assim seria mais fácil de se trabalhar e de se ter algum tipo de êxito neste tipo trabalho.

Portanto, ao analisar a política percebe-se que está não está incluindo os direitos, ou seja, eles não estão sendo garantidos para esta população. Um exemplo disto é em relação aos serviços prestados a eles e os limites na garantia dos direitos a essas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS, CFESS e et al. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no Brasil. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais: A política de seguridade social no Brasil**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. ***Caderno de Orientações Técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua***. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, p. 69. Atualizada até emenda 56/07.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, p. 129. Atualizada até emenda 56/07.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, p. 135. Atualizada até emenda 56/07.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **LOAS Anotada- Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SUAS- Sistema Único de Assistência Social. Orientação acerca dos Conselhos e do Conselho e do controle social da política pública de Assistência Social**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Governo Federal. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

DICIONÁRIO DE **POLÍTICA BOBBIO**, N. et al. Dicionário de **Política**, 12ª ed. BSB: UnB,

2002. p 954

FRAGA, Patrícia. **“A rua de todos”: Um estudo acerca do fenômeno população em situação de rua e os limites e possibilidades da rede de proteção no Município de Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FRAINER, Juliana. **MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - ABNT.** 2012. 50 f. Dissertação - UFSC, Florianópolis, 2012

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, VIDAS PRIVADAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS: O CASO DE BELO HORIZONTE 1998 - 2005**

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões.** 3ª edição São Paulo: Cortez, 2011.

REIS, Mariana Sato Dos. **O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO: UM DIÁLOGO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS.** 2011. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual Paulista “Júlio de, Franca, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes.** Petrópolis: Vozes, 1978.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e População em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009. 293 p.

THOMÉ, Eliziário Tavares Filho. **MARGINALIDADE, DESVIO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA**

DICIO (Org.). **Diretriz.** Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/diretriz>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

GAUTÉRIO, Maria de Fátima Prado. **O conceito de lei segundo Santo Tomás de Aquino.** Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6279>. Acesso em: 20 out. 2012

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FONE (Org.). **Assistência Social.** Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2013.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FONE (Org.). **População em situação de rua.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/populacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 30 jan. 2013

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (Org.). **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 02 nov. 2012

MOVIMENTO SOCIAL. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$movimento-social](http://www.infopedia.pt/$movimento-social)>. Acesso em: 03 dez 2012

PREFEITURA DE RECIFE(Org.) - **PROGRAMA TRAVESSIA ACOLHE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.** Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/2008/07/08/mat_163011.php Acesso em: 22 jan. 2013

WINKIPEDIA (Org.). **Decreto.** Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Decreto>>. Acesso em: 02 nov. 2012.